



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

AGUIRRE ESTORILIO SILVA PINTO NETO

**PODER, TECNOLOGIAS E ATIVISMO POLÍTICO:
MOVIMENTOS NETATIVISTAS BRASILEIROS**

Brasília

2015

AGUIRRE ESTORILIO SILVA PINTO NETO

**PODER, TECNOLOGIAS E ATIVISMO POLÍTICO:
MOVIMENTOS NETATIVISTAS BRASILEIROS**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, como requisito para obtenção do título de especialista em Comunicação Legislativa.

Área de concentração: Construção da democracia. Participação social.

Orientadora: Profa. Ma. Valéria Ribeiro da Silva Franklin de Almeida

Brasília

2015

AGUIRRE ESTORILIO SILVA PINTO NETO

**PODER, TECNOLOGIAS E ATIVISMO POLÍTICO:
MOVIMENTOS NETATIVISTAS BRASILEIROS**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro como requisito para obtenção do título de especialista em Comunicação Legislativa.

Brasília, 03 de agosto de 2015.

Banca Examinadora

Profa. Ma. Valéria Ribeiro da Silva Franklin de Almeida
Professora Orientadora

Profa. Ma. Eleonora Stanziona Viggiano
Professora Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Valéria Ribeiro, pela generosidade que teve comigo ao me aceitar como orientando.

O meu obrigado ao Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, por me oferecer essa chance de estudos e aprofundamento.

Professores, coordenadores e colegas de curso, vocês foram excelentes parceiros nessa caminhada!

Agradeço a Andréa Valente, Mariana Tavares, Leandro Coelho e Tainá Arantes, que me deram tranquilidade e seguraram as pontas, para que eu pudesse concluir esse trabalho. Luciana e Alexandre, obrigado por entenderem minhas ausências. Humberto, obrigado por estar presente!

Aos meus pais, que nunca pararam de estudar e aprender.

Então a pergunta que nós devemos responder é esta: se a internet é a nova prensa, então o que é a democracia para a era da internet? Que instituições nós queremos construir para a sociedade do século XXI? Eu não tenho a resposta. Acho que ninguém tem. Mas eu verdadeiramente acredito que nós não podemos mais ignorar essas questões.

Pia Mancini

RESUMO

Por meio deste trabalho busca-se mapear e conhecer alguns dos movimentos netativistas brasileiros mais significativos da atualidade. Para compreender o que significa o ativismo político em e na rede é traçado um percurso teórico que engloba as relações de poder político no Estado ao longo da História e, ainda, as Tecnologias da Informação e Comunicação e suas influências na sociedade. Análises de aspectos da opinião pública, dos movimentos sociais, da sociedade em rede e do engajamento político também contribuem para este estudo.

Palavras-chave: Netativismo, poder, tecnologia, movimentos sociais, comunicação.

ABSTRACT

Through this work, we sought to map and understand some of the most significant Brazilian net activist movements. To comprehend what the political activism as a net and in the net means, one theoretical path is traced, which comprises the power relations within the State along history and also the Information and Communication Technologies and their influences in society. The analysis of aspects of public opinion, social movements, net society and political engagement also contribute to this study.

Keywords: Net activism, power, technology, social movements, communication.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PODER POLÍTICO E O ESTADO	13
2.1	O poder político: da formação do Estado moderno à Revolução Francesa.....	13
2.2	O papel da opinião pública na dinâmica do poder.....	17
2.3	Conceitos contemporâneos de poder	18
3	AS TICS E O ENGAJAMENTO POLÍTICO.....	23
3.1	O papel das Tecnologias de Informação e Comunicação.....	23
3.2	A sociedade em rede e o poder	30
3.3	A internet e o engajamento político.....	32
4	O ATIVISMO POLÍTICO EM REDE E NA REDE	36
4.1	Ativismo político e movimentos sociais.....	36
4.2	Movimentos netativistas políticos no Mundo.....	41
5	MOVIMENTOS NETATIVISTAS BRASILEIROS.....	47
5.1	Amarribo.....	49
5.2	Anonymous Brasil	50
5.3	Avaaz	51
5.4	Black bloc	52
5.5	Cidade democrática	53
5.6	Escola de Ativismo.....	53
5.7	Eu voto.....	54
5.8	Eu voto distrital	55
5.9	Fora do Eixo	55
5.10	Imagina na Copa	56
5.11	Movimento Brasil contra a corrupção / MBCC.....	57
5.12	Meu Rio / nossas cidades.....	57
5.13	Mídia Ninja.....	58

5.14	Movimento Brasil Livre.....	59
5.15	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral	60
5.16	Movimento Passe Livre	61
5.17	Open Knowledge Brasil.....	64
5.18	Operação política supervisionada	64
5.19	Politize	65
5.20	Revoltados online	65
5.21	Vem pra Rua	66
6	DADOS QUANTITATIVOS.....	67
6.1	Quanto à plataforma utilizada (site, blog, mídias sociais).....	67
6.2	Quanto à data de criação.....	68
6.3	Quanto aos temas defendidos	68
6.4	Quanto à abrangência do tema (questões locais ou nacionais).....	69
6.5	Número de seguidores, apoiadores, visualizações até junho de 2015	70
6.5.1	Curtidas no Facebook (somente os perfis com mais de 50 mil)	70
6.5.2	Seguidores no Twitter (somente os perfis com mais de 10 mil).....	71
6.5.3	Visualizações no YouTube (somente os canais com mais de 100 mil)	72
6.6	Financiamento	73
7	CONCLUSÃO	74
8	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho busca-se estabelecer relações possíveis entre a construção histórica do poder político, as tecnologias de informação e comunicação (TICS) e o ativismo em contextos reticulares, doravante chamado de netativismo. A esse percurso teórico seguirá o mapeamento de alguns dos mais significativos movimentos netativistas no Brasil, nesses primeiros 15 anos do século XXI.

Tem-se a consciência de que o acesso à internet ainda não está franqueado a toda a humanidade e há vários níveis de inclusão e exclusão digital no Brasil e no Mundo. Entretanto, assim como as tecnologias de comunicação tradicionais como a imprensa, o rádio e a TV provocaram mudanças significativas quando surgiram, parece existir certo consenso de que as tecnologias de informação digitais têm impactado profundamente a sociedade nesses últimos 20 anos com implicações para as transações comerciais e financeiras, para a produção e distribuição de bens culturais, para a troca de informações científicas, para o entretenimento e as relações sociais. Nessa mesma perspectiva, em um fluxo comunicativo de muitos para muitos, encaixa-se o campo da política, da participação e conseqüentemente das relações de poder. Justifica-se, pois, a tentativa de estabelecer correlações e examinar com mais profundidade o netativismo político, o poder e as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação digital.

No primeiro capítulo, de forma breve, serão pontuadas algumas das principais transformações pelas quais passaram as relações de poder político – bem como o entendimento sobre essas relações – ao longo da formação e consolidação dos Estados nacionais. Também será abordada sucintamente a formação da opinião pública na França do século XVIII, antes e durante a Revolução Francesa deflagrada em 1789, importante marco histórico para o entendimento de ideais contemporâneos. Em seguida, serão abordados dois conceitos de poder político que se julga basilares para a análise proposta: o primeiro, de Max Weber e em seguida, o de Hannah Arendt. A esses, serão agregadas algumas das ideias de Castells, intelectual que vive a era da internet.

As tecnologias da informação e da comunicação e seus impactos socioculturais e políticos são apresentados no segundo capítulo, tendo como norteadores o pensamento de McLuhan, a narrativa sobre os Impérios da Comunicação, feita por Wu, e novamente Castells. Menciona-se ainda a questão do engajamento político e suas formas *on* e *off-line*.

O tema do terceiro capítulo é o ativismo político. Começa com uma rápida, porém oportuna menção aos movimentos sociais desde os anos 1960 até o final do século XX. Serão citados também os primeiros movimentos netativistas que surgiram ao redor do mundo com o início da popularização da internet, a partir dos anos 1990. Serão elencados ainda os tipos de ação direta empregados pelos ativistas.

É preciso esclarecer que a palavra netativismo, empregada ao longo do texto, se refere a movimentos em contextos reticulares, ou seja, aqueles que operam em rede e na rede. O termo surge como título do livro de Ed Schwartz, em 1996, aglutinando as duas palavras da expressão *Network-activism* (ROZA, 2012; DI FELICE, 2013; CARRASCO, 2014).

Em seguida, serão apresentados dados levantados entre dezembro de 2014 e junho de 2015 na internet sobre os movimentos. Necessário registrar que os movimentos selecionados não representam, por óbvio, a totalidade do universo do netativismo brasileiro, mas podem indicar algumas tendências nas formas de expressão e mobilização política de base.

A proposta inicial dessa monografia era a de examinar apenas iniciativas netativistas que teriam surgido após junho de 2013, momento em que o Brasil viveu intensa onda de protestos, com mobilização de milhares de pessoas em centenas de cidades. Entretanto, percebeu-se que esse recorte temporal retiraria de cena alguns dos principais atores do netativismo brasileiro na atualidade, muitos dos quais com incisiva participação nas próprias manifestações de 2013.

Independentemente da opção feita, admitimos que as jornadas de junho de 2013 no Brasil foram a centelha motivadora desta pesquisa. Os eventos daquelas semanas surpreenderam toda a sociedade, incluindo os partidos políticos, os analistas de opinião pública, as empresas de comunicação e as três esferas de Poder. Em Brasília, no dia 17 daquele mês, sendo servidor do Senado, presenciamos, do Salão Negro do Congresso Nacional, a aproximação dos milhares de manifestantes que em seguida tomaram a plataforma superior do Palácio. As imagens de dois anos atrás provocaram uma série de questionamentos. Como se estivessem se apropriando do significado simbólico da plataforma onde estão as cúpulas do Senado e da Câmara, jovens gritavam palavras de ordem de diversas pautas sociais. Tudo era filmado e fotografado, não somente pelos veículos tradicionais de comunicação, mas pelos milhares de celulares dos próprios manifestantes que compartilhavam as imagens instantaneamente nas redes sociais.

Desde então, pesquisadores têm buscado entender as causas e as dinâmicas daqueles eventos em diversas perspectivas: a das relações entre Estado, serviços públicos e cidadãos, a

das novas tecnologias de informação e comunicação, a da sociologia, para citar algumas delas. E agora juntamo-nos a eles no esforço pela compreensão desses fenômenos que envolvem as tecnologias e o engajamento político.

Publicações, artigos científicos, dissertações, vídeos e material jornalístico foram usados como referencial teórico. A atualidade do tema levou a consultas à web enciclopédia colaborativa Wikipédia, e, como sabemos da cautela exigida ao se recorrer esse tipo de ferramenta, tal foi feito quando os termos buscados estavam referenciados por obras devidamente registradas de acordo com as normas bibliográficas. O mapeamento dos movimentos netativistas, apesar de conter alguns dados quantitativos e análises comparativas, tem um caráter mais qualitativo, e, quando possível, de correlação com a narrativa teórica proposta.

2 O PODER POLÍTICO E O ESTADO

Em palestra proferida na conferência TED Salon Berlin 2014¹, o ativista australiano Jeremy Heimans propôs à sua audiência: “Pergunte a qualquer ativista como entender o mundo, e eles dirão: olhe para onde o poder está, quem o tem, como está mudando. E acho que todos percebemos que algo grande está acontecendo”². Antes de buscar entender o que acontece quanto ao poder político na contemporaneidade, é pertinente uma sucinta leitura histórica da formação e consolidação do poder no Estado moderno e de algumas das principais correntes de pensamento que foram moldando a organização política das sociedades ocidentais. Dentro desse contexto, também será analisado o papel da opinião pública durante a Revolução Francesa e nas décadas que a antecederam, de acordo com a visão do sociólogo Hans Speier. Finalmente, serão apresentadas algumas reflexões de Max Weber, Hannah Arendt e Manuel Castells sobre o poder.

2.1 O poder político: da formação do Estado moderno à Revolução Francesa

O jornalista e politólogo Bertrand de Jouvenel compara o poder político à criatura mítica do minotauro³. Nas democracias da contemporaneidade, ele está mascarado:

Antes era visível; se manifestava na forma do rei, que declarava ser o dono e em quem se reconhecia a existência de paixões. Agora, disfarçado pelo anonimato, pretende não ter uma existência própria, não ser mais que um instrumento infernal e sem paixão da vontade geral. Isso se constitui claramente numa farsa⁴. (JOUVENEL, 1974, p. 11)

Para chegar até os dias de hoje, quais os caminhos percorridos pelo minotauro? Embora se possa traçar a origem dessa jornada na Grécia e na Roma antigas, para a finalidade dessa monografia tem-se como ponto de partida a Europa da Idade Média. Naquele período da

¹ [ted.com/talks/jeremy_heimans_what_new_power_looks_like?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/jeremy_heimans_what_new_power_looks_like?language=pt-br)

² Tradução livre do autor para: “You ask any activist how to understand the world, and they'll say, "Look at where the power is, who has it, how it's shifting." And I think we all sense that something big is happening”.

³ O minotauro era representado pelos gregos antigos como um ser com cabeça de touro e corpo de homem que precisava devorar pessoas para sobreviver. Ele habitava num labirinto construído na Ilha de Creta. Os atenienses deviam oferecer sete rapazes e 7 moças para serem devorados pela criatura mítica, em sacrifício, numa possível alusão aos impostos pagos ao governo de Creta. Jouvenel usa a alegoria do minotauro como ilustração para o poder político do Estado.

⁴ Tradução livre do autor para: “Antes era visible; se manifestaba en la forma del rey, quien declaraba ser el dueño y en quien se reconocía la existencia de pasiones. Ahora, disfrazado por el anonimato, pretende no tener una existencia propia, no ser más que un instrumento infernal y sin pasión de la voluntad general. Esto constituye claramente una farsa”.

história, grande parte do poder estava nas mãos dos senhores feudais, nobres proprietários de terras. Esse modelo dá sinais de esgotamento e, a partir do século XI, tem início a formação dos primeiros Estados modernos na Europa. A figura do rei começa a ganhar destaque e o poder passa a ser medido pelos contingentes militares que o monarca consegue mobilizar para as batalhas. Para empreender conquistas mais ambiciosas, seriam necessárias tropas numerosas, disciplinadas e que dispusessem de mais tempo para sair em campanha, algo que só se conseguiria com mais recursos financeiros.

Além dos senhores feudais, a Igreja também era detentora de imenso poder político na época. O próprio rei recorria à benevolência do clero, buscando aprovação para determinada expedição de guerra e, por consequência, obter uma fração da expressiva renda da Igreja. A representação divina na Terra – a Igreja e seus sacerdotes – exercia poderosa influência nessa sociedade.

No contexto desse período inicial de formação dos Estados nacionais, retrata Jouvanel (idem, p. 6), “a guerra é muito pequena, porque o poder é pequeno e porque não dispõe dessas duas alavancas essenciais que são o serviço militar e o direito de cobrar impostos”. Essa realidade vai gradualmente sofrer profundas transformações.

A monarquia se dá conta de que as tarefas civis demandam o exercício constante de criação de leis, algo não observado com frequência na Idade Média. Esse poder de decisão legislativa vai se concentrar essencialmente nas mãos do rei, embora já comecem a surgir estruturas parlamentares aqui e ali, precocemente na Islândia do século X; em Portugal, no século XII; e na Inglaterra, como destaca Antônio Barbosa:

Ao longo do período feudal, assembleias de nobres sempre existiram, ainda que se reunissem esporadicamente, quase sempre em face de situação de guerra. Foi na Inglaterra da primeira metade do século XIII que a decidida atitude da assembleia de nobres locais fixou, pioneiramente e de maneira incontestável, limites à ação do soberano. Esse acontecimento, que levou o rei João Sem Terra a jurar obediência à Magna Carta, em 1215, é por muitos considerados o momento de fundação do moderno Parlamento. (BARBOSA, S/D, p. 3)

De modo geral, as assembleias eram formadas pela nobreza, pelo clero e, em alguns casos, ainda que com um papel menor, mas ascendente, pela burguesia. Monarquias mais robustas passam a arrecadar dinheiro dos súditos regularmente para pagar o soldo das tropas. Tal fenômeno é evidente, por exemplo, ao longo da guerra dos cem anos entre França e Inglaterra, nos séculos XIV e XV. A guerra acaba, mas não a cobrança de impostos, pela necessidade de se manterem exércitos em permanente estado de alerta.

A urbanização se expande e o mercantilismo inaugura novas formas de acúmulo de riquezas nacionais. A unificação da moeda nacional facilita as atividades comerciais. Os senhores feudais (nobres) perdem sua influência para o monarca, que centraliza o poder em si próprio, assenhoreando-se de uma missão divina que o torna absoluto e responsável por manter a segurança e a unidade do reino. Em troca, exige a obediência dos súditos. À burguesia interessa a unificação política, pois essa, ainda de acordo com Barbosa, se refletiria diretamente na unificação do mercado nacional e na expansão econômica além-fronteiras.

Na cidade de Estrasburgo, em torno de 1450, Gutemberg apresenta um invento que terá um caráter revolucionário para a história: a prensa de tipos móveis. A partir de então, livros começam a ser reproduzidos com muito mais rapidez e passam a ficar acessíveis a uma parcela maior de pessoas.

O período denominado Renascimento, vivenciado entre os séculos XV e XVI, é o solo fértil para que Maquiavel demonstre:

Que a moralidade e a política são coisas separadas e que, por isso, não há um juízo universal, mas cada ação deve ser julgada dentro do seu contexto e sob a ótica da ação tomada e do objetivo em que foi tomada. Acaba por instituir um novo saber, a política, definindo seu campo de estudo e princípios que a instituíram. A partir dele, o Estado tornou-se estritamente laico e civil, subordinando sob o seu poder o próprio poder religioso. (BRANCH & BIONDI, 2009, p.26)

No século XVII, o inglês Thomas Hobbes defende em sua obra *Leviatã* que o poder do soberano seria o daquele que sujeita os demais à sua vontade, quer seja pela coerção (uso da força), ou por meio de um pacto social onde os súditos se submeteriam ao soberano em troca de proteção e preservação de suas vidas frente a ameaças externas. Para Hobbes, o soberano estaria acima das leis, podendo fazer tudo o que considerasse necessário para manter ou recuperar a paz e a segurança de seu reinado. Esse poder coercitivo absoluto seria necessário para atar as mãos do Homem, ser naturalmente mau, “impedindo a rapina e a vingança” (HOBBS, 2008, p. 135).

Testemunha-se o apogeu do Absolutismo, com variações em cada país Europeu, mas com características comuns, onde apenas algumas classes eram beneficiadas pelo sistema: o rei, a nobreza, o clero e, mais timidamente, a burguesia quando essa começou a prosperar economicamente. A maioria da população, entretanto, não desfrutava das riquezas do reino. Entre os séculos XVII e XVIII, o inglês John Locke defende como direitos naturais do homem a vida, a liberdade e a propriedade privada, e que é responsabilidade do Estado proteger esses direitos. No contrato social, para Locke, “os homens se juntaram para formar uma comunidade

ou corpo político, e não apenas para entregar seus direitos” (ALVES, 2004, p.144). A cessão de direitos dos homens para o Estado deveria ser temporária, e o parlamento teria que ser escolhido por meio do voto. Considerado um dos pais do liberalismo, Locke introduziu o conceito de confiança entre os Estados e os governados. Assim, a população poderia inclusive derrubar e substituir um governo que quebrasse essa confiança e desrespeitasse seus direitos.

Na França da primeira metade do século XVIII, o filósofo e político Montesquieu, ao analisar a situação política de sua época, critica severamente o autoritarismo e os abusos do rei. Em sua obra *Espírito das leis*, de 1748, preconiza que o governo deve obedecer às leis e não meramente à vontade do rei ou da religião. Na mesma obra, estabelece a divisão do poder em três ramificações: Executivo, Legislativo e Judiciário, “pois, em um governo no qual todos os poderes estivessem sobre o controle do mesmo corpo ou pessoa, a liberdade política não poderia ser garantida”. (PENNA, 2001, p.75). Assim, o papel do governante seria executar a vontade da sociedade, de acordo com as leis elaboradas por um grupo de legisladores e julgadas por um tribunal. Essa estrutura contraria o modelo de poder absoluto do rei que, para Montesquieu, deve se submeter, tanto quanto os demais membros da sociedade, a um conjunto de leis, uma Constituição nacional.

No mesmo período, Jean Jacques Rousseau escreve o livro *Do Contrato Social*, obra na qual discorre sobre a necessidade de:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo Contrato Social. (ROUSSEAU, S/D, p.24)

Nessa perspectiva, a soberania não seria do rei, mas do povo, por meio de um grupo de representantes políticos. O governante teria que agir pela vontade geral, que traria mais benefícios duradouros à sociedade. Ele também prega que ao povo cabe o direito de tirar governantes corruptos do poder e argumenta que todos, inclusive o governante, precisam se submeter à lei.

Influenciados por essas ideias, os Estados Unidos declaram independência da Inglaterra e aprovam sua Constituição (1787), baseada nos princípios da divisão de poderes, e com a perspectiva da delegação de poder dada pelo povo ao governo. No mesmo período, não tiveram o mesmo êxito os inconfidentes mineiros, que planejavam libertar o Brasil Colônia do julgo da Coroa portuguesa e instaurar a República.

A efervescência desses princípios, aliados à crise fiscal, à insatisfação da burguesia e da plebe, que eram ignoradas pelo monarca e inferiorizadas perante a nobreza e o clero, geraram a tempestade perfeita que possibilitou a Revolução Francesa em 1789, marcando a transição para novos cenários políticos e de exercício de poder no mundo.

2.2 O papel da opinião pública na dinâmica do poder

Nessa longa jornada do minotauro, cabe destacar de que maneira a opinião pública foi adquirindo importância no cenário político, em especial na Europa a partir do século XVIII.

Speier (1950) define opinião pública como opiniões sobre questões da nação, expressas de maneira livre e pública por homens fora do governo. Essas pessoas reivindicam o direito de que suas opiniões influenciem ou determinem as decisões a serem tomadas.

Seriam requisitos para o funcionamento de uma opinião pública, tanto a garantia de acesso às informações sobre as ações do governo, quanto que o regime não seja autocrático. A comunicação pública dos atos de governo, segundo o sociólogo, foi uma demanda dos filósofos políticos do Iluminismo, alguns já mencionados nesse trabalho, como Locke, Montesquieu e Rousseau. A prática de submeter o orçamento aos representantes populares, ou diretamente à população, foi estabelecida na Inglaterra da Revolução de 1688 e na França no tempo da Revolução de 1789.

Apenas quando há uma redução nas desigualdades econômicas e sociais, os indivíduos de uma sociedade não mais dispostos a tolerar desigualdades políticas demandam do governo que ouça a opinião pública. Assim, para Speier, a opinião pública é um fenômeno de classe média. Especificamente sobre a França pré-revolução, ele observa que a mente dos franceses já havia mudado e que a ordem das coisas só seguiu o curso dessa nova mentalidade:

A constatação de que os hábitos dos franceses tinham se tornado republicanos, enquanto suas instituições eram ainda monárquicas é bem sustentada pela pesquisa moderna. Apesar de que se deve ter em mente que foi uma classe numericamente pequena que lentamente havia mudado seus hábitos⁵. (SPEIER, 1950, p. 379)

O autor também sugere haver forte relação entre opinião pública e finanças públicas. Quando a dívida do país e a importância dos credores públicos se elevam, aumenta também a influência da opinião pública.

⁵ Tradução livre do autor para: “The observation that the habits of Frenchmen had become republican while the institutions were still monarchical is well sustained by modern research, although it should be borne in mind that it was a numerically small class which had slowly changed its habits.”

Em seguida, Speier descreve as características da sociedade francesa pré-revolução: os ganhos em poder econômico da classe média; a gradual alfabetização; o surgimento de escritores e livros não religiosos; a profissionalização da escrita pela queda do sistema de mecenato e por sua reposição por patrocínio coletivo do público anônimo; a transformação da vida musical, por meio de concertos públicos que substituíram os concertos nas cortes só acessíveis aos aristocratas; os círculos do livro; e os encontros nos cafés e salões, que se tornaram pontos estratégicos de troca de notícias e debates políticos. Apesar da censura imposta pela monarquia absolutista francesa, panfletos e jornais clandestinos, com ideias iluministas, passaram a ser lidos e compartilhados.

Esse foi o ambiente propício para o questionamento do poder absoluto do rei e das elites ligadas a ele, e a conseqüente queda daquele regime.

Um mês após a queda da Bastilha, que ocorreu em julho de 1789, a Assembleia Nacional Francesa aprovava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em seu Artigo XI, previa que “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei”.

A partir daí, expande-se significativamente a produção de jornais em Paris: de apenas quatro, em 1788, para 236 em 1791. (ALMEIDA, 2007, p.34). Tal aumento trouxe novas dimensões para a formação da opinião pública.

2.3 Conceitos contemporâneos de poder

No século XIX, a Europa capitaneia a Revolução Industrial, com repercussões amplas para a humanidade. Em face dessas novas formas de produção, surgem também novos conflitos: os operários passaram a se organizar em movimentos de classe para fazer frente à exploração econômica, às precárias condições de trabalho nas fábricas, e ao desemprego provocado pela substituição de mão de obra humana pela mecanização de processos de produção (BERTAGNOLI, et al., 2010). Esses movimentos sociais marcam o início das duas correntes ideológicas socialistas: o anarquismo, baseado nas teorias de Bakunin e o comunismo, alicerçado na teoria do materialismo histórico de Marx e Engels. Na primeira, acreditava-se numa sociedade sem o poder das instituições estatais. Na segunda, o fim da exploração capitalista viria com a tomada do poder pela classe operária.

Nesse contexto, surge um sociólogo central para a discussão sobre o poder político na sociedade contemporânea: Max Weber, que viveu entre os séculos XIX e XX. Ele define o

Estado como uma entidade humana que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. Isso não significa que o Estado vá usar a violência o tempo todo como seu único instrumento de ação, mas é ele o único a deter essa prerrogativa, e aí reside o poder do Estado sobre qualquer outro agrupamento político (Weber, 2013, p. 66). Essa violência é considerada legítima dentro da lógica de dominação do homem pelo homem. As condições em que os homens aceitam essa dominação estão baseadas em três fundamentos de legitimidade.

O primeiro fundamento de legitimidade de poder descrito por Weber é a autoridade que deriva do poder tradicional, do antigo patriarca senhor de terras.

O fundamento de legitimidade que se alicerça no carisma de determinado indivíduo por suas características e habilidades consideradas superiores, e aqui se incluem (idem, p. 68) “o dirigente guerreiro eleito, o soberano escolhido por meio de plebiscito, o grande demagogo ou o dirigente de um partido político” é o poder carismático.

Finalmente, há o poder da legalidade, que se baseia nas regras estatutárias previamente estabelecidas, ou seja, no ordenamento jurídico.

A essas bases conceituais, soma-se o que Weber caracteriza por política: “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder”. Assim, política e poder são inseparáveis, e aquele que se dedica à política, almeja o poder, (ibidem p. 67) “seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere”.

Weber morreu em 1920, dois anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, um dos piores conflitos da humanidade em todos os tempos, que envolveu todas as grandes potências mundiais da época, e inaugura uma era de catástrofe (HOBSBAWM, 2002). Entre as causas do conflito estão as políticas de expansão imperialistas das superpotências da época.

Dois décadas separam a Primeira da Segunda Guerra Mundial, essa última com consequências ainda mais devastadoras, alçando-se ao posto de maior e mais mortal conflito da história. A guerra provocou uma corrida bélica que teve como consequência o desenvolvimento e a descobertas de diversas tecnologias inovadoras. A aeronáutica e a computação são exemplos emblemáticos.

Hannah Arendt viveu essas duas guerras e, como descendente de judeus nascida na Alemanha, chegou a ser presa, mas conseguiu fugir de um campo de concentração nazista e migrar para os Estados Unidos.

O mundo após as duas guerras mundiais viveu um período que Hobsbawm denomina a era de ouro, caracterizada pela Guerra Fria entre a URSS e os EUA. Também foi uma época de grande desenvolvimento econômico dos chamados países capitalistas desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. A tecnologia continuou se aperfeiçoando a passos largos, com avanços em praticamente todas as áreas do conhecimento humano. Essas reconfigurações alteram também as relações socioculturais e de poder tanto no âmbito local, quanto na esfera global devido à crescente urbanização, à morte do campesinato (HOBSBAWM, 2002, p.284), e à necessidade de especialização no trabalho, com o aumento do número de estudantes universitários.

Na década de 1960, as mulheres começam a lutar pela igualdade legal. Os movimentos pelos direitos civis da população afro-americana ganham força. Reivindicações pela liberação sexual e de costumes ocorrem em vários países, incluindo o início de manifestações pelos direitos dos homossexuais. De acordo com Gohn (2012, p.21) “esses passaram a ser denominados novos ‘movimentos sociais’. Introduziram questões culturais e formataram identidades”. Em 1968, lideradas por estudantes, irrompem manifestações em várias cidades do Mundo. As multidões vão às ruas protestar por uma série de motivos: nas cidades americanas, contra a violência da Guerra do Vietnã; em Paris, contra a Guerra da Argélia, que lutava por sua independência do domínio francês, e também contra o sistema universitário vigente à época; em Praga, por mais liberdade de expressão e contra a forma como a política e a economia estavam sendo conduzidas. A nova esquerda da época discutia o emprego de métodos violentos, como a guerrilha, nos processos de descolonização e de resistência à opressão. No caso do Brasil, vivia-se o auge do regime de exceção imposto pelos militares.

Nesse contexto, Hannah Arendt indaga a validade do raciocínio compartilhado, dentre outros, por C. Wright Mills, Max Weber, Bertrand de Jouvenel e Mao Tsé-tung de que o poder tem por base a violência, a força e a dominação do homem sobre o homem. Segundo a filósofa, essas definições são herdadas da noção do poder absoluto, que marcou o surgimento dos Estados-nações europeus, tendo entre seus porta-vozes Thomas Hobbes, na Inglaterra do século XVII. Essa visão também se conjuga com os termos usados desde a Antiguidade grega relacionados às formas de governo/dominação do homem sobre o homem: de um ou da minoria na monarquia e na oligarquia; dos melhores ou da maioria na aristocracia e na democracia. Adiciona a essa lista, o que considera como

A mais formidável forma de tal dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como

responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém. Se, de acordo com o pensamento político tradicional, identificarmos a tirania com o governo que não presta contas a respeito de si mesmo, então o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, pois aí não há a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito. É esse estado de coisas que torna impossíveis a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que está entre as mais potentes causas da rebelde inquietude espalhada pelo mundo de hoje, da sua natureza caótica, bem como da sua perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente. (ARENDRT, 2009, p.54)

Arendt evoca os exemplos da cidade-estado ateniense, que “denominou sua Constituição uma isonomia” (idem, p.57) e dos romanos que falaram da *civitas* (cidadania) como forma de governo. De acordo com a autora, os antigos habitantes da península itálica “tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se assentava na relação de mando-obediência e que não identifica poder e domínio ou lei e mando”. Ela prossegue afirmando que os revolucionários do século XVIII se inspiraram nesses conceitos da Antiguidade quando defenderam uma forma de governo republicana, onde “o domínio da lei, assentado no poder do povo poria fim ao domínio do homem sobre o homem”. Dessa forma, o poder pode ser interpretado como o resultado da capacidade humana para agir em conjunto, o que pressupõe a formação de consenso quanto à decisão a ser tomada. Assim, a violência e o poder são opostos, não complementares. Quando a violência é empregada, é porque já se perdeu a capacidade de ação conjunta, o poder se desintegrou. Nesse raciocínio, a autora estabelece como condição para a manutenção do poder, o apoio do povo. As instituições políticas, na visão da autora, seriam materializações do poder originado no consentimento popular. Em um governo representativo, as instituições se deteriorariam se perdessem a base que as sustenta.

O poder político foi abordado até aqui sob a ótica da história da formação e consolidação dos Estados nacionais, passando pela transferência de um poder concentrado nas mãos do rei para o poder do Estado de Direito, que continua tendo o monopólio da força para garantir o cumprimento da lei e a manutenção da ordem social.

Outros aspectos sobre o poder ainda não foram abordados a não ser de modo tangencial ou indireto como as relações entre o que Smith (2014, p. 6) chama de poderes naturais atuantes numa sociedade: o poder econômico, o poder social, o poder cultural e o poder da segurança, sobre os quais se sobrepõe o poder político.

Esses quatro poderes naturais estão de tal forma relacionados, que seria complexo analisá-los separadamente. Ao se referir ao poder cultural, Smith observa que:

Dentre os segmentos que se alojam no poder cultural, o grande temor dos políticos, mas simultaneamente desejado por eles como arma, é o poder da

mídia. Para o bem e para o mal, ela é a maior influência na formação da opinião pública sobre os candidatos, mais do que suas credenciais e plataformas. (SMITH, 2014, p.69)

O autor pontua que as empresas de mídia também constituem grupos do poder econômico, “com a fundamental diferença de que para terem clientes e obterem lucros, precisam ser razoavelmente fiéis à verdade e terem uma boa margem de independência, senão ficam desacreditados. Porém, interesses impublicáveis estão sempre presentes” (idem, 71).

Castells parte da premissa de que as relações de poder constituem a sociedade à medida que os detentores (do poder) moldam as instituições conforme seus próprios valores e interesses. Para ele,

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentes. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas. (CASTELLS, 2013, p.10)

É exatamente nesse ponto que se insere a comunicação, que é o processo de compartilhamento de significados pela troca de informação. Ainda que a interpretação das informações comunicadas sejam elaborações individuais, o ambiente da comunicação condiciona esse processamento. Assim, para Castells, “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (idem, p.11).

O ambiente comunicacional no âmbito da sociedade está diretamente ligado às Tecnologias de Informação e Comunicação, tema do próximo capítulo.

3 AS TICS E O ENGAJAMENTO POLÍTICO

3.1 O papel das Tecnologias de Informação e Comunicação

A compreensão sobre o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na história da humanidade pode ser ofuscada pelos conteúdos veiculados por elas. McLuhan alerta para esse risco e eleva o meio (a tecnologia empregada) ao seu devido status: o de protagonista. Para ele, “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (1969, p.21). Ou, usando a forma sucinta, “o meio é a mensagem”. Assim, o impacto a ser considerado nessa análise não é o que se exhibe, por exemplo, nos canais de TV. O impacto é a própria TV e a mudança que provoca na escala das coisas humanas.

A cada etapa de desenvolvimento tecnológico, as relações sociais se reestruturam, o trabalho se modifica e padrões sociais se alteram. McLuhan identifica na linguagem o ponto de partida da humanização e, com ela, os homens passam a se organizar em tribos. Nesse período em que a oralidade dominava os processos comunicativos, o poder estava concentrado nos velhos guardiões do patrimônio coletivo. Eram eles que monopolizavam as informações sobre a vida material e espiritual, zelando pelas tradições da tribo.

Com o advento da escrita, mais indivíduos poderiam ter acesso aos bens culturais da comunidade. Tal novidade representava uma ameaça aos sistemas de poder tradicional. Além das dificuldades materiais de reprodução em larga escala, governantes cuidaram para que se limitasse a difusão da escrita a alguns poucos privilegiados.

A já citada invenção de Gutemberg, no século XV, revoluciona a difusão de conhecimento. A prensa traz à sociedade uma escala inédita. Como consequência dessa nova cultura impressa, McLuhan aponta a emergência do nacionalismo, do individualismo e do espírito de crítica (MELO, 1998). A reforma protestante, o avanço mais acelerado da ciência, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a norte-americana não teriam acontecido da maneira como ocorreram caso não houvesse existido a técnica de impressão e consequentemente os livros, panfletos e jornais.

É a partir do século XIX que o livro realmente chega às massas, deixando de ser uma quase exclusividade das elites. A revolução industrial e seus novos meios de produção dinamizam esse processo. Esse que foi, segundo Hobsbawm, um longo século, viu surgirem outras tecnologias que contribuíram para modificar o mundo. Uma rápida pesquisa pelos sites

de busca na Internet recupera datas, inventores e invenções. Em 1826, a primeira fotografia de que se tem notícia é produzida na França por Joseph Nicéphore Niépce. A primeira ligação telegráfica do mundo acontece em 1843 conectando as cidades americanas de Washington e Baltimore, pela engenhosidade de Samuel Morse. O telefone é patenteado e comercializado a partir de 1877 por Alexander Graham Bell. Finalmente, nos derradeiros anos daquele século, em Paris, os irmãos Lumière fazem a primeira exibição de cinema da história. Essas invenções foram transformando sensivelmente hábitos, sentidos e percepções da sociedade.

A velocidade dessas mudanças aumentou ainda mais no século XX, e cada invenção era considerada o ápice de todas as demais. Wu (2012, p, 12) resgata alguns exemplos de como se anteviam revoluções a cada vez que um novo meio surgia: para Tesla, com o rádio que passou a ser comercializado na década de 1920 nos Estados Unidos, o planeta seria “convertido num enorme cérebro, por assim dizer, capaz de responder de todos os lugares”. D. W. Griffith disse da invenção do filme, que as crianças aprenderiam “quase tudo com imagens em movimento. Sem dúvida não serão mais obrigadas a ler livros de história outra vez”.

A TV, que acaba invadindo os lares do mundo em algumas poucas décadas, redefine a narrativa jornalística, que agora conta com a linguagem universal das imagens. A televisão também expande o conhecimento sobre outros povos e culturas e cria novos padrões de entretenimento e consumo de bens culturais. Retribaliza os seres humanos, como diria McLuhan. Com os meios audiovisuais, a imprensa perde seu monopólio como meio de comunicação de massa. Surge a aldeia global.

Olhando, porém, sob o prisma da estrutura das sociedades industrial e pós-industrial e, especialmente, sob a ótica do poder econômico, qual o real impacto de cada uma dessas invenções? Wu analisa os meios de comunicação como indústrias que cumprem um ciclo padronizado e inevitável. Primeiro surge a invenção, que traz consigo a promessa de mais liberdade, autonomia e expressão individual. Em seguida, essa novidade passa a ser enquadrada em um modelo de produção industrial, que deve gerar lucros. Monopólios se instauram: não raro, verdadeiros impérios. Os donos desses empreendimentos tornam-se grandes personalidades, contando com o fundamental apoio dos governos. Entrar nesse pequeno círculo de gigantes da mídia é praticamente impossível. Até que uma novidade tecnológica apareça, promovendo uma nova abertura, criando um novo mercado e repetindo o ciclo novamente, por vezes com a criação de conglomerados que abarcam as tecnologias mais antigas e as mais novas. Wu considera que cada uma dessas novidades tecnológicas da comunicação:

Passou por uma fase de novidade revolucionária e utopismo juvenil: todas iriam mudar nossas vidas sem dúvida, mas não a natureza de nossa existência. Seja qual for a transformação social que qualquer uma delas possa ter causado, no fim, todas ocuparam seu devido lugar na manutenção da estrutura social em que vivemos, desde a Revolução Industrial. Ou seja, todas se tornaram uma nova indústria altamente centralizada e integrada. Sem exceção, as admiráveis novas tecnologia do século XX – que partiam de uma proposta de uso livre, para o bem de nossas invenções e da expressão individual – acabaram se transformando em monstros industriais, nos gigantes da “antiga mídia” do século XX que controlariam o fluxo e a natureza dos conteúdos por questões estritamente comerciais (idem).

Não há como deixar de associar as constatações de Wu à realidade brasileira, com os magnatas da mídia nacional: personalidades poderosas como Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, que construíram grandes impérios da comunicação em suas gerações, os Diários Associados e as Organizações Globo, respectivamente.

Tendo analisado os ciclos pelos quais passaram o rádio e a TV, antes e ainda hoje dois dos principais meios de comunicação de massa, como Wu avalia a tecnologia dos computadores e, em seguida, da integração desses computadores numa rede mundial, a internet? Para o autor, o computador é “uma revolução mais radical que quaisquer outros avanços, uma vez que apresenta um desafio ideológico claro ao status quo da economia da informação” (idem, p.330).

O computador começou a ser desenvolvido a partir dos anos 1940, para fins militares, como ilustra o filme *O Jogo da Imitação* (2014). Essa produção cinematográfica conta parte da história do britânico Alan Turing, considerado o pai da computação, que desenvolveu uma máquina para decodificar com rapidez as mensagens criptografadas dos alemães.

Após a Segunda Guerra Mundial, a tecnologia da computação se aperfeiçoa dentro de um contexto governamental e industrial. O ciclo gira: inovação gera indústria, e a indústria gera consolidação. Os computadores de então eram estruturas imensas que processavam aritmética em massa. “Nos anos 1970, a IBM desfrutou de um monopólio integrado no mundo da computação, com fôlego comparável apenas ao da AT&T na telefonia” (WU, 2012, 331).

Entretanto, esse modelo seria radicalmente modificado:

O computador pessoal foi uma nítida reação ao modelo da IBM, pois assumia o poder da computação, até então monopolizado por governos, grandes companhias e universidades, e o colocava na mão das pessoas, numa democratização da potência tecnológica como poucas vezes ocorrera. Na época, o fato era quase inimaginável: uma ferramenta que fazia do indivíduo comum um soberano da informação, por meio de possibilidades computacionais sob medida para suas necessidades pessoais. Em outras palavras, isso dava ao povo um poder antes reservado às instituições. Ainda que esse poder fosse limitado pela capacidade primitiva do Apple II – 48 Kb de memória RAM, algo insignificante comparado aos nossos telefones atuais

e também aos computadores IBM da época –, essa máquina plantou a semente que iria mudar tudo. (idem)

Steve Wosniak e Steve Jobs criaram a empresa Apple na década de 1970, e promoveram uma revolução ao construírem um dos primeiros computadores para que as pessoas comuns pudessem usar, uma ousadia para a época. Para Wosniak, em princípio, a tecnologia da computação deveria ser aberta, dar liberdade ao usuário para que esse a programasse como quisesse. Nos modelos iniciais de computador pessoal da Apple, uma tampa removível foi criada para que se pudesse visualizar os componentes internos. Cada proprietário poderia escrever e vender seus programas, em modelo parecido com a atual indústria de aplicativos.

Entretanto, o modelo de negócio da Apple que vingou comercialmente foi o defendido por Steve Jobs, gerando o Macintosh dos anos 1980 e o iPod, o iPad e o iPhone, dos primeiros anos do século XXI. Wu pontua que “o conceito de tampa foi descartado. Já não se podia mais abrir o computador para ter acesso às suas vísceras” (idem, p.334). Mais uma vez a lógica de mercado prevalece e a “Apple torna-se o árbitro do que o Macintosh era ou não era, da mesma forma como a AT&T, em outra época, tinha o domínio do que podia e não podia ser conectado à rede telefônica”. Conclui-se então, que o computador pessoal também passou pelo ciclo de imperialização industrial já descrito.

Levi analisa a fase de surgimento e popularização do computador pessoal como um movimento social de contracultura na Califórnia do final dos anos 1970:

Desde então, o computador iria escapar progressivamente dos serviços de processamento de dados das grandes empresas e dos programadores profissionais, para tornar-se um instrumento de criação (de textos, de imagens, de músicas), de organização (banco de dados, planilhas), de simulação (planilhas, ferramentas de apoio à decisão, programas para pesquisa) e de diversão (jogos) nas mãos de uma proporção crescente da população dos países desenvolvidos. (LEVI, 1999, p.32)

O autor também rememora os anos 1980 e o prenúncio da multimídia, com o início da fusão entre informática e telecomunicações, editoração, cinema e televisão. O processo de digitalização começou com a música, mas se difundiu para todos os domínios da comunicação. O hipertexto, conceito que existia antes mesmo do computador, encontra na esfera digital o seu habitat, superando a linearidade da organização tradicional de informações.

Estão constituídos os elementos necessários para a integração dos computadores em rede, algo que conceitualmente foi sendo idealizado por alguns visionários desde os anos 1950. Naquela década, por exemplo, o engenheiro Douglas Engelbart, imaginou uma máquina que seria capaz de amplificar a inteligência do homem. Seu trabalho chamou a atenção, dez anos

depois, de J.C.R Licklider, funcionário do Departamento de Defesa norte-americano, o Pentágono (WU, 2012, p.208). Esse, por sua vez, idealizou uma rede universal “pela qual as mentes de toda a humanidade poderiam se conectar via computadores”. As pesquisas com a comutação de dados em pacotes foram se aperfeiçoando, protocolos foram sendo desenvolvidos, a internet vai dando seus primeiros passos até que, em 1990, o físico britânico Tim Berners-Lee vislumbra a possibilidade de reunir a internet com o hipertexto: surgia a World Wide Web (WWW).

Em vinte anos, a internet se expande exponencialmente, passando de pouco mais de 14 milhões de usuários no mundo no final de 1993, para quase 3 bilhões no final de 2014, cobrindo 40% da população mundial⁶. O Brasil contabilizou, em 2014, 107 milhões de usuários de internet. O acesso não mais se restringe a computadores pessoais. Os aparelhos digitais portáteis, como *tablets*, *smartphones* e, mais recentemente relógios, se tornam cada vez mais populares.

Os avanços não se limitam ao *hardware*. Em 2004, um novo termo começa a se popularizar, designando o modelo que passa a predominar na internet, a Web 2.0. Como características dessa segunda geração da World Wide Web estão⁷ a rapidez na atualização de conteúdos, simplicidade na navegação, o compartilhamento, a possibilidade de o usuário editar conteúdos, o incentivo à participação e a organização de comunidades, que se desenvolverão nas atualmente popularíssimas redes sociais. Sobre essa mudança na internet, Castells (2013, p.168) afirma que:

Prosseguindo na ênfase sobre a construção da autonomia, a mais profunda transformação social promovida pela internet ocorreu na primeira década do século XXI, com a passagem da interação individual e empresarial na internet (o uso do correio eletrônico, por exemplo) para a construção autônoma de redes sociais controladas e guiadas por seus usuários. Teve origem em aperfeiçoamentos na banda larga e no software social, e também no surgimento de uma ampla gama de sistemas de distribuição que alimentam as redes eletrônicas.

Essas características vão modificando o trabalho, a velocidade das trocas culturais e comerciais. Para os governos, surge a exigência de que sejam mais transparentes e compartilhem seus dados de maneira aberta. Liberdade e autonomia tornam-se as expectativas da internet, onde cada usuário é um produtor de conteúdo e pode expressar suas opiniões.

Para o jornalismo, por exemplo, a Internet permitiu, segundo Almeida (2007),

⁶ Dados disponíveis em internetlivestats.com/internet-users/. Consulta em 13 de julho de 2015.

⁷ Disponível em acessasp.sp.gov.br/cadernos/caderno_10_01_p3.php / Consulta 10 de julho de 2015.

O surgimento de alguns conceitos recentes: tempo real ou informação online, acessibilidade, mundo virtual ou ciberespaço, interatividade, confiabilidade, recursos multimídia, exclusão digital e ainda o web-jornalismo, ou jornalismo digital, navegabilidade.

Uma dúvida, entretanto, paira sobre a Internet. Segundo Wu “resta ver o quanto a internet permanecerá aberta, mas há poucas dúvidas de que a estrutura industrial monopolista que caracterizou o século XX afinal já fincou o pé na rede” (2012, p.328). Empresas como Google, Apple, Facebook e Amazon podem indicar tal tendência.

Falou-se brevemente sobre o surgimento das TICS e sobre alguns dos impactos provocados na sociedade, da prensa de Gutemberg ao rádio, à TV e finalmente à internet, que congrega todos os outros meios em si própria: texto, áudio e imagem, num ambiente de interatividade.

A abrangência e a complexidade do tema impõem cautela, pois não se sabe até que ponto se pode afirmar que uma tecnologia, ainda que poderosa como a Word Wide Web, determine por completo a sociedade. Para Levi, esse não parece ser o caso:

Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada. Não há uma causa identificável para um estado de fato social ou cultural, mas sim um conjunto infinitamente complexo e parcialmente indeterminado de processos em interação que se autossustentam ou se inibem. (1999, p.25)

Assim, segundo Levi, “a prensa de Gutemberg não determinou a crise da Reforma, nem o desenvolvimento da moderna ciência europeia, tampouco o crescimento dos ideais iluministas e a força crescente da opinião pública no século XVIII – apenas condicionou-as” (idem, p.26).

Então, pode-se inferir que tecnologias como a internet são um campo indeterminado, que tanto transformam a sociedade, como são transformadas por ela. Tanto podem servir aos interesses monopolistas de mercado, como oferecer mais autonomia e ferramentas criadoras.

Castells sumariza essa questão:

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. A história da internet fornece-nos amplas evidências de que os utilizadores, particularmente os primeiros milhares, foram, em grande medida, os produtores dessa tecnologia. (2005, p. 17)

Diversos autores têm utilizado a Teoria do Ator-Rede, de Bruno Latour, como uma das bases para entender a dinâmica da interatividade na rede. Ela enfoca a temporariedade e a

intermitência das relações sociais, que necessitam ser reconfiguradas constantemente “por meio de mudanças sutis na conexão de recursos não sociais” (LATOURE apud DI FELICE 2013, p.64).

A partir da teoria de Latour, Di Felice, afirma que:

Nessa perspectiva, a ação em contextos reticulares é o resultado do diálogo entre diversos actantes, humanos e não humanos, que compõe coletivos não estruturados. A dimensão do diálogo adquire aqui a fundamental dimensão da forma formantes, isto é, da dinâmica constituidora dos coletivos e das próprias redes (idem).

A escolha dos termos *actantes* e *formantes* não é aleatória. Sugere um ator que não age sozinho, é efeito das redes. Pressupõe ainda que o diálogo seja o constitutivo essencial dessa dinâmica. (LATOURE apud ANDION & MORAES, 2013, s/ p.).

Um ponto importante para a compreensão da obra de Latour é a defesa que ele faz da tese de que a ciência social, humana, não deveria ser dissociada do mundo natural, não-humano. Para analisar uma estrutura social, seria necessário investigar a rede de atores tanto humanos quanto não humanos em interação.

É possível inferir que os computadores, os aparelhos celulares e os *tablets* da atualidade seriam actantes não-humanos interferindo no processo em rede. Nessa perspectiva, o homem já não ocupa o centro da rede, e a tecnologia não é apenas instrumento, é um dos componentes da rede. A comunicação digital, como parte de um processo social “inclui não só a natureza humana, mas também a tecnológica, resultando numa condição híbrida e/ou relação simbiótica” (FARIA-SANTOS, 2013, s/p.).

O mundo tornou-se pequeno com a Internet, que permite uma comunicação instantânea e sem fronteiras. Apenas alguns graus separam cada indivíduo de qualquer outro no planeta (BARABASI, 2004). No entanto, a desintegração e o distanciamento parecem mais fortes que nunca. A desigualdade e a concentração mundial de riqueza só aumentaram nesses primeiros anos do século XXI (PIKETTI, 2014). A instabilidade econômica, a violência, a dominação, os conflitos de toda ordem, questões territoriais ou religiosas, a precária situação de refugiados, a espionagem internacional, a incapacidade dos países em chegar a acordos concretos quanto às questões ambientais, o preconceito e a intolerância: essas questões não têm sido resolvidas com as tecnologias da informação e da comunicação.

3.2 A sociedade em rede e o poder

Os indivíduos sempre estiveram interligados por diferentes laços conectivos nos contextos das relações e instituições sociais. A diferença com a internet é que as redes passam a ser mediadas eletronicamente, descentralizadas e formadas por componentes autônomos numa teia globalizada. Para Castells (2006, p.18) historicamente, “as redes eram algo do domínio da vida privada” Já a esfera da produção, do poder e da guerra era tomada por organizações grandes e verticais: os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas. Essas organizações dominavam grandes fontes de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central. Em contraposição, as redes de tecnologias digitais “permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos”.

Ainda segundo o sociólogo, a lógica da sociedade em rede “difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia”. Há, entretanto, um aspecto excludente, uma vez que essas redes ainda não abarcam tudo e todos, bastando lembrar dos números já citados sobre o alcance da internet no mundo, onde quase 60% da população ainda não a acessa.

Castells alerta que a visão evolutiva da história, herdada do pensamento iluminista, pode concluir prematuramente que a sociedade em rede é mais um passo adiante dos seres humanos. Entretanto, a tecnologia não é indicação certa de avanço. É suficiente lembrar que os terrores da guerra, como já mencionados nesse trabalho, foram ampliados consideravelmente na Era Industrial. Há ainda graves questões nessa era presente, pós-industrial, longe de serem sanadas. Assim, a tecnologia não é uma força independente da sociedade, a ser adorada como panaceia ou denunciada como vilã.

A sociedade em rede não é o futuro, ou uma meta de chegada. Já estamos nela. Portanto, do ponto de vista político, Castells reflete que “a questão-chave é como proceder para maximizar as hipóteses de cumprir os projetos individuais e coletivos expressos pelas necessidades sociais e pelos valores, em novas condições estruturais” (2006, p.19).

Mas o que é a sociedade em rede, afinal? Castells a conceitua da seguinte maneira:

Em termos simples, a sociedade em rede é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor, 2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. (2006, p.20)

Essa sociedade em rede, horizontal, interativa, ambiente do hipertexto global, pode significar autonomia para os indivíduos. Di Felice pontua que, especialmente com a Web 2.0, dissemina-se uma cultura de acesso que decreta tecnologicamente o fim dos pontos de vista centrais, uma vez que de simples espectadores, cada um pode passar a produzir conteúdo e compartilhá-lo na rede. Isso tem efeitos na opinião pública uma vez que antes a “opinião pública das mídias de massa era a opinião publicada. Era a opinião criada por um líder de opiniões, por políticos, por jornais e jornalistas que escreviam” (DI FELICE, 2014, p.32). O que a TV dizia que a sociedade dizia era a opinião pública. Hoje, na internet, nas mídias sociais, mesmo aqueles que não representam a opinião pública corrente, podem expressar suas opiniões, tornando a esfera pública mais complexa e, talvez, mais democrática.

Essa complexidade, para Clinio & Albagli, dificulta a análise sobre o potencial transformador das TICS, que ora causa deslumbramento, ora ceticismo. O determinismo tecnológico acaba dificultando a reflexão sobre essas novas relações e suas respectivas implicações sociopolíticas. Para os autores,

É inegável que as TICs oferecem novas possibilidades de participação descentralizada, mas vale lembrar que elas também podem sustentar formas extremas de concentração de poder, como vem sendo habilmente executado por governos, grandes conglomerados corporativos (os de mídia inclusive) e o sistema financeiro internacional. (2014, s/p.)

Na sociedade em rede, segundo Castells (2013, p.12), “o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados”. Há então grandes redes de poder em cada esfera: redes financeiras, de empresas de mídia, redes políticas, de produção cultural, militar, redes criminosas, de produção e aplicação de ciência e tecnologia. Essas redes de poder alternam estratégias de parceria e competição, para exercer o controle sobre as regras e normas da sociedade conforme seus interesses e valores. Esse sistema de redes de poder depende do Estado e do sistema político para coordenar e regular as relações de poder em cada rede. É por meio do Estado, detentor do monopólio da violência que, em última instância, as diferentes formas de exercício de poder têm a capacidade de se impor.

Dessa forma, reflete o sociólogo espanhol, quem detém o poder nessa sociedade em rede? Ele aponta dois grupos, os programadores e os comutadores. Os primeiros têm a capacidade de elaborar as principais redes de que dependem a vida das pessoas: governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia etc. O segundo grupo, dos comutadores, operam as conexões entre diferentes redes,

como os barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas e assim por diante. (idem, p.13)

Uma vez que as sociedades são marcadas por contradições e conflitos, Castells afirma que “onde há poder, há também contrapoder”. Ele define esse contrapoder como a capacidade de um ator social em desafiar o poder vigente reivindicando a representação de seus valores e interesses. Assim, há um constante processo histórico de conflito e negociação.

Com o advento da sociedade em rede, o Estado passa por transformações. Conceitos como segredos de Estado, gestão de território, gestão das populações e economia política sofrem questionamentos. Roza arrisca afirmar que o Estado, “como tecnologia privilegiada do social, encontra em nosso momento histórico concorrente à altura que age na direção de sua substituição”. Ele antecipa a própria defesa dizendo que não pretende concluir que haverá uma substituição do Estado pelas redes digitais na gestão da vida social, mas que:

Temos que retomar a crítica ao Estado sob o risco de não entender que é justamente sobre os signos do conflito com a tecno-burocracia estatal que se pode entender as redes digitais, suas ações apresentam vontade de superação do Estado como mediação privilegiada da vida social e, nesse quadro também uma superação da política por ele operada. Se Weber escreveu sobre o surgimento de uma burocracia estatal que teve papel importante na formação da modernidade, cabe agora mostrar a sua desconstrução histórica e sua reorganização em um ambiente tecnológico oposto àquele que entende a ação política enraizada no Estado. (2012, p.165)

Partindo dessa perspectiva, o autor considera que os fluxos informativos nos quais circulam ideias, ações e transações financeiras de uma nação a outra em questão de segundos colocam à prova a própria definição de Estado, suas fronteiras, seu monopólio sobre a violência.

Há, porém, mais dúvidas que certezas nessa discussão. Uma vez definido o que se entende por sociedade em rede, as complexas relações de poder e o vislumbre de mais autonomia e possibilidade de participação, a seguir, será abordado o engajamento político por meio da internet.

3.3 A internet e o engajamento político

Como a internet afeta o engajamento político? Anduiza *et al.* dedicaram-se a responder a essa pergunta compilando diversos estudos conduzidos por pesquisadores em vários países. Concluíram que as mídias digitais abrem canais de informação política e comunicação que, de outro modo, não existiriam. Também constataram que, com o aumento do uso da internet,

indivíduos apresentam níveis mais altos de interesse político. “Esses novos modos de engajamento político online têm efeitos ainda mais significativos em países onde o sistema de mídia é mais fechado, como no caso da Itália, ou onde as instituições políticas constroem direitos políticos, como na China” (2012, p.5867).

Para os autores, as mídias digitais possibilitam a formação de redes flexíveis de comunicação e organização política fora das redes tradicionais da sociedade civil e dos centros de mídia. Isso reduz as barreiras dos mecanismos institucionais de *gatekeeping*, ou seja, há menos controle sobre que informações circulam ou não na internet. Dessa forma, as plataformas digitais conduzem a uma gama variada de expressões, que pode atrair diferentes segmentos da população e engajá-los de formas variadas. Essas novas oportunidades para o engajamento político são mais relevantes “num contexto de crescente desafeição política” que aparece em muitos países e que afeta particularmente os modos representativos de participação. Aparentemente, indicam os autores, há uma mudança nos repertórios participativos na direção de modos não institucionalizados e extra-representativos.

Por outro lado, mídias digitais não apenas permitem processos originários das bases da sociedade, mas também requerem cada vez mais que instituições políticas integrem mídias digitais nas práticas de governança e provisão de serviços. Essa perspectiva pode abrir caminhos adicionais para que pessoas interajam com autoridades políticas e agências em contextos menos formais.

As tecnologias digitais de redes de comunicação favorecem o engajamento político, pois, segundo os autores, reduzem os custos de aquisição de informações políticas; são fonte de aprendizado acidental ou como produto secundário; podem ter consequências profundas no nosso conceito do mundo político e nossas próprias habilidades de lidar com sua complexidade; envolvem criatividade; e tendem a influenciar atitudes e participação política *off-line*.

Os autores concluem também que o engajamento político online não está desvinculado do contexto de cada realidade nacional. Há três amplas dimensões conjunturais que influenciam no engajamento político e que emergem dos casos pesquisados. A primeira é a brecha digital – que diz respeito à desigualdade social e econômica em relação ao acesso às tecnologias da informação e comunicação. A segunda dimensão é o sistema de mídia – os regimes institucionais que regulam a operação dos sistemas de mídia, o nível de partidarismo permitido, o modelo de concessão pública ou comercial, e o nível de profissionalismo, que afeta a credibilidade da mídia. Finalmente, há a dimensão do ambiente institucional, que diz respeito

aos ciclos de campanhas e eleições, à responsividade institucional, ao grau de mobilização política, e à regulamentação legal de discursos e organizações políticas.

Os níveis de engajamento online ao redor do mundo são bem diversificados. Podem significar apenas a busca por informações políticas, o envolvimento em discussões, ou ainda uma participação mais efetiva por meio de petições, mobilizações, doações e consumo.

Tabela 1: Dimensões do Engajamento Político

	OFF-LINE	ONLINE
Participação Política	Representativa (voto, entrando em contato, atividade partidária) Extra representativa (protestos, consumo)	Vertical, unidirecional (petições online, doações, contatos). Horizontal, interativa (escrever em um blog, postar comentários políticos, juntar-se a grupos políticos e redes sociais).
Consumo de Informação Política	Exposição a jornais, emissoras de TV ou rádio off-line.	Exposição a fontes online de informação
Atitudes Políticas	Interesse na política e em sua eficácia, orientações ideológicas e assim por diante.	

Fonte: Anduiza et al. (2012, p.281).

As mídias digitais possibilitam a expressão de relatos e narrativas políticas alternativas e podem driblar obstáculos institucionais, ou envolver novos atores sociais como elementos de pressão. Magrani, porém, enumera muitos desafios que se impõem contrários à realização mais efetiva do potencial de engajamento político nas plataformas de internet:

- (i) Assimetria de acesso à internet e educação digital entre conectados e não conectados; (ii) o enorme fluxo de informação que desafia a credibilidade das informações recebidas, dificulta a navegação e fragmenta os meios de engajamento com conversações simultâneas, muitas sem objetivo de tomada de decisão; (iii) a falta de cultura de engajamento político on-line; (iv) a falta de iniciativa e porosidade do poder público para se deixar influenciar através de canais digitais eficientes; (v) a tecnicização do debate, incentivando somente especialistas a se manifestarem, não ampliando a discussão a todos os possíveis atingidos; e (vi) o filtro e a edição do conteúdo impostos à circulação de mensagens em ambientes controlados ou moderados pelo Estado ou pelo setor privado. (2014, cap.2)

Especialmente com relação ao item (vi), Magrani menciona o *Filter Bubble* (filtros-bolha), teoria elaborada pelo ativista norte-americano Eli Pariser. Consiste em um conjunto de dados gerado por mecanismos algorítmicos que customiza a navegação on-line. Assim, empresas como o Google e o Facebook acabam pré-selecionando aquilo que cada usuário verá. Mesmo que a palavra de busca seja a mesma, resultados diferentes aparecerão para indivíduos de acordo com a localização geográfica e outros dados de perfil. Essa filtragem se deve à tentativa de controlar a sobrecarga de informação, mas acaba limitando as pessoas ao conteúdo que estão acostumadas a encontrar.

O autor cita mais dois fenômenos que podem reduzir as chances de debates democráticos na internet. O primeiro é a polarização causada pelos próprios usuários quando buscam e compartilham ideias somente com as pessoas que têm valores e ideias semelhantes. Amplificado pelos filtros-bolha, tal comportamento leva as pessoas a acessarem conteúdos somente de amigos mais próximos, com quem já se tem afinidade, acarretando as falsas sensações de que o debate teve amplitude maior que a real, e que houve consenso. O segundo fenômeno é o da fragmentação, que é justamente o isolamento dos grupos em torno de suas próprias escolhas, o que não colabora para uma construção coletiva, abrindo caminho para o extremismo ideológico e político que segundo Sunstein (apud MAGRANI, 2014, p.126), seria capaz “até mesmo de promover um declínio da democracia deliberativa”.

Percebe-se, pois, que há muita controvérsia quanto à real efetividade das mídias digitais no engajamento e na participação política. No próximo capítulo serão abordadas formas de participação política em rede e na rede, o netativismo político, na busca por melhor compreender os grupos netativistas brasileiros analisados nesse trabalho.

4 O ATIVISMO POLÍTICO EM REDE E NA REDE

4.1 Ativismo político e movimentos sociais

Para Sobottka (2010, p.28), “a associação que se faz entre o advento da modernidade e a conquista da liberdade e autonomia de indivíduos e grupos sociais tem íntima relação com uma mudança no modo de se interpretar a situação ou realidade em que esses indivíduos ou grupos estão inseridos”. A partir da modernidade as pessoas começaram a se convencer de que a história é fruto da ação dos seres humanos e esse tipo de pensamento é que possibilita o surgimento dos movimentos sociais.

Corroborando com esse pensamento a análise de Speier sobre as mudanças da mentalidade observada na classe burguesa nos anos que antecederam a Revolução Francesa, abordadas anteriormente. Duas interpretações distintas e influentes, por exemplo, têm motivado pessoas ao redor do mundo, desde o século XIX, a modificar a sociedade em que vivem: o liberalismo-burguês e o socialismo.

É por acreditar no poder da ação humana para a transformação da história que o ativismo surge no contexto da modernidade e se desenvolve na contemporaneidade. Palavra de origem francesa, o ativismo – *activisme* - tem significados distintos, conforme as rubricas da filosofia, da literatura e da política (Houaiss, 2002). A busca no site do *Centre National de Ressources Textuelles e Lexicales*⁸ define o ativismo, sob a visão da política, como “Doutrina ou método de ação de um movimento político ou sindicalista preconizando a ação direta”⁹. Historicamente, de acordo com o mesmo site, a palavra teria surgido em 1916 na Bélgica, com o “movimento dos *Flamingants* partidários da ação em favor da língua flamenga”.

Como suporte de sua dissertação, Assis (2006, p.14) elabora um conceito próprio: “O ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a pequenos passos”.

Diversas são as formas de engajamento e ação direta usadas pelos ativistas na defesa de suas causas. De um simples envio de carta ou e-mail até, em casos extremos, da deflagração de uma guerra civil. A tabela 1 oferece uma lista não exaustiva das diferentes modalidades de

⁸ cnrtl.fr/lexicographie/activisme

⁹ Tradução livre do autor para: *Doctrine ou méthode d'action d'un mouvement politique ou syndicaliste préconisant l'action directe*.

ação de grupos ativistas, não considerando ainda o ativismo online, tema que será tratado mais adiante.

Por certo que várias dessas ações já ocorriam antes de 1916, quando o termo ativismo começou a ser usado. Basta lembrar os já citados movimentos sindicalistas operários do século XIX. Tome-se também o exemplo do boicote, consequência de um movimento na Irlanda de 1880, contra um administrador de propriedades chamado Charles Boycott que fazia exigências descabidas às pessoas com quem negociava.

Tabela 2: Tipos de ação direta de movimentos ativistas

Sensibilização, Mobilização	Remessa de cartas Organização ou participação em reuniões Emissão de textos Entrevistas à imprensa e a dirigentes políticos em prol da postura de preferência
Promover ou seguir comportamentos que se estima que contribuam para a causa	Boicote Incentivo ao consumo
Realização de manifestações públicas organizadas	Marchas Recrutamento de simpatizantes Coletas de assinaturas em apoio a manifestos favoráveis à causa ou contra algo que prejudique a causa Ocupações temporárias (<i>sit-ins</i>)
Protesto passivo	Greve Desobediência civil
Radicalismo	Invasão de terrenos ou propriedades Motins
Extremo	Terrorismo Guerrilha Guerra civil

Fonte: próprio autor após consulta ao termo na Wikipédia.¹⁰

Analisar o ativismo é estudar os movimentos sociais. Raschke (Apud Sobottka, 2010, p.24) os define como:

Um ator coletivo mobilizador que, com certa continuidade e sobre as bases de elevada integração simbólica e de baixa especificação de seu papel, persegue uma meta, que consiste em realizar, evitar ou anular mudanças sociais fundamentais, utilizando para tal, formas variáveis de organização e de ação.

A busca pela compreensão desses movimentos ganhou densidade acadêmica a partir dos anos 1960, quando passaram a ter maior visibilidade enquanto fenômenos históricos concretos. Segundo Maria da Glória Gohn,

¹⁰ pt.wikipedia.org/wiki/Ativismo

Os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Por isso eles são inovadores – como já nos indicava Habermas nos anos de 1970 -, como lumes indicadores da mudança social; ou o coração da sociedade, seu pulsar, nos dizeres de Touraine (1978). (GOHN, 2012, p.20)

Como já abordado anteriormente, os anos 1960 foram marcados por ondas de protestos, comandados especialmente pela juventude da época. O movimento pacifista ultrapassa os limites das comunidades Híppies – grupos que geralmente se mantinham isolados – e ganha espaço na sociedade em geral, perfazendo uma opinião pública. A partir de então, vários movimentos eclodem, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Mesmo não dispondo dos recursos tecnológicos de informação e comunicação do presente, esses movimentos se espalharam por várias partes do mundo. Os modelos de sociedade implantados após a segunda guerra mundial começam a ser questionados e os padrões sócios comportamentais vividos até ali já não atendem mais às novas gerações.

Para JARDIM PINTO (2012, p.130), “esta é a primeira vez no pós-guerra que indivíduos saem do privado para se manifestarem como grupos na esfera pública”. Tais manifestações abriram espaço para os movimentos sociais dos anos seguintes. Segundo a autora (p.132),

As últimas três décadas do século XX viveram a grande virada em termos de presença da sociedade civil no espaço público, o que provocou reflexões teórica e política, essa última percorrendo todo o espectro político: a esquerda viu na sociedade civil a possibilidade da radicalização da democracia direta; a direita, a substituta virtuosa do Estado entendido como ineficaz e corrupto.

Dentro desse contexto, explica a autora, três cenários distintos se deflagraram. O primeiro cenário é o da mobilização da sociedade civil no Leste Europeu, culminando na queda dos regimes comunistas em países como Polônia, Hungria e Alemanha Oriental no fim dos anos 1980 e início dos 1990. No entanto, após a redemocratização, “a sociedade civil não se mostrou autônoma para manter-se como força” nesses e em outros países que passaram por processos semelhantes.

O segundo cenário tem início nos anos 1970, com ápice nos anos 1980 e 1990 e estendendo-se até o presente. É a centralidade da sociedade civil quanto à ideologia neoliberal, que prega a privatização de serviços públicos por meio da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, através de organizações não governamentais (ONGs), Terceiro Setor ou iniciativa privada tradicional. “É um momento de despolitização da política, no qual a

sociedade civil aparece não como ator no espaço público que enfrenta governos, mas como um colaborador” (idem, p.133). Esse tipo de atuação da sociedade civil provou-se limitado, com problemas relacionados ao correto trato com os recursos públicos.

Finalmente, a autora aponta um terceiro cenário, o dos movimentos sociais que ganharam força em meados dos anos 1970: o feminista, o negro, o indígena, os originários de condições sociais de marginalidade (sem-teto, catadores de lixo, trabalhadores precários, moradores de regiões de risco). Todos esses movimentos demandam do Estado. Pretendem ganhar apoio para suas causas, transformando-as em causas da sociedade. Alguns desses movimentos lograram êxito, como o movimento feminista no Brasil, que conseguiu que o governo implantasse conselhos e secretarias da mulher por todo o País. Assim, a chegada desses movimentos à política não foi como substituto – caso das ONGs – ou como oposição, mas como agente público.

Gohn (2012, p. 20) percorre um trajeto histórico do estudo dos movimentos sociais na América Latina nos últimos 50 anos. Nos anos 1960, havia uma mescla de movimentos novos, articulados especialmente por grupos de esquerda e pelas pastorais da Igreja católica, com as antigas formas de organização libertárias ou associadas a partidos políticos. Nos anos 70, a produção acadêmica brasileira sobre os movimentos sociais discutia predominantemente as teorias marxistas, com categorias como “a hegemonia, contradições urbanas, campo de força, sujeitos históricos, emancipação, espoliação urbana e lutas sociais”. Nos anos 80, as atenções se voltam para categorias como “autonomia, identidade, sociedade civil, cidadania, participação social, justiça social”. Na década de 1990, a discussão girava em torno da participação institucional da sociedade civil, haja vista o contexto pós-Constituição de 1988. Nessa fase, as categorias de análise foram a “inclusão social/exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, Terceiro Setor privado e público, capital social, protagonismo, território, escalas de mobilização, responsabilidade social, compromisso social etc.” Nos anos 2000, novas mudanças no cenário sociopolítico e econômico alteram novamente as mobilizações. Nos debates internacionais, surgem as dicotomias local/global e Norte/Sul.

Diversas são as teorias sociológicas formuladas nas últimas décadas, que têm sido empregadas para analisar os movimentos sociais, as mobilizações e ações coletivas. Roza (2012) identifica três dessas correntes principais: A Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A Teoria da Mobilização de Recursos - TRM retoma a teoria weberiana de que a ação coletiva sempre tem uma racionalidade. Defende que a privação é presente em todos os níveis

da sociedade e, portanto, todos têm motivos para se mobilizar. Entretanto, há um fosso entre o desejo de mudança e uma atitude de mudança. As mobilizações não necessariamente surgem somente entre os excluídos, podem ser iniciativa da classe média, por exemplo. Outra ideia comum entre os que defendem a TRM é que os movimentos sociais podem ser comparados a empresas, que dependem de recursos como líderes (gerentes que conectam as pessoas), dinheiro e tempo (que está mais disponível para os jovens não inseridos no mercado de trabalho).

A Teoria do Processo Político tornou-se a base da atual Sociologia Política e enfatiza o contexto como fator preponderante para os movimentos sociais, cuja ação depende do grau de liberdade ou repressão do ambiente político. Esse ambiente é considerado como uma estrutura de oportunidades. Consideram também que o repertório das mobilizações sociais é fruto da interação entre os indivíduos, cujas rotinas são aprendidas e compartilhadas, admitindo espaço para inovações.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais considera que as disputas culturais e simbólicas se sobrepuseram às lutas de classe e a pauta de assuntos políticos se diversificou para os campos da educação, família, casamento. Essa visão assume que os mediadores políticos como os partidos e os intelectuais estão enfraquecidos e a demanda dos grupos e movimentos é direcionada às formas de pensar e viver o cotidiano.

Várias outras teorias não citadas aqui tentam explicar o fenômeno dos movimentos sociais e ativismo. Para o objetivo desse trabalho, menciona-se finalmente a preocupação e o interesse de pesquisadores dos movimentos sociais quanto às redes sociais e digitais, levando “às abordagens que as tomam como processos em andamento” e buscando “construir metodologias para captar as conexões entre o global e local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais” Nas palavras da autora:

Recomenda-se retrazar os percursos, captando-se as inquietações, os conflitos e as controvérsias porque as redes são polissêmicas, diversas e não unívocas. Os estudos destacam como os atores tecem seus percursos na rede, mas o pesquisador continua esta tessitura ao elaborar suas cartografias. Algumas das questões que se colocam são: Quais espaços cognitivos e políticos acionam, que saberes constroem, como se autorrepresentam, qual a cartografia de seus embates coletivos? (GOHN, 2012, p.25)

Essas cartografias e rastros digitais serão tema dos dois subcapítulos seguintes, onde serão vistos alguns exemplos de movimentos netativistas políticos ao redor do mundo e, mais especificamente, no Brasil.

4.2 Movimentos netativistas políticos no Mundo

Segundo Denning (apud Clinio & Albagli, 2014, s/p.), “o ativismo online é o método utilizado desde os primórdios da internet para ampliar a diversidade de atores e falas em uma franca disputa com a função *gatekeeper* dos meios de comunicação de massa”. O autor cita exemplos como ações de ativismo online a navegação na web para obtenção de informações, a construção e postagem em web sites, a transmissão de publicações eletrônicas e cartas por e-mail, o uso da rede para discussão de questões, a formação de coligações, o planejamento e coordenação de atividades. Para ele,

Apesar das barreiras econômicas e culturais que dificultam ou impedem que grandes parcelas da população mundial utilizem plenamente a Internet, a rede potencializa a difusão de informação por grupos contra hegemônicos. Se, do ponto de vista meramente “transmissionista”, a Internet amplia exponencialmente o número de fontes de informação -- aumentando proporcionalmente a concorrência pela atenção dos internautas --, ela também permite a conexão de atores sociais autônomos para ações coletivas que constituem novas formas de ativismo. (idem)

Desde o início da popularização da internet, há cerca de 20 anos, os ativistas começaram a perceber as possibilidades do espaço virtual, passando a povoá-lo como ambiente que potencializa a dinâmica dos movimentos sociais que já se organizavam em redes *off-line*.

Segundo Pimenta e Rivello, o movimento das comunidades indígenas Chiapas, no México, por meio de seu Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, foi

Um dos primeiros a usar a internet para divulgar suas causas, buscar o apoio da sociedade civil e estabelecer uma rede de solidariedade internacional. Na época da primeira aparição pública do EZLN, no dia 1º de janeiro de 1994, a internet se limitava a listas de discussão, e-mails e sites FTP (repositórios de protocolos, onde é possível armazenar arquivos). A world wide web começava a ganhar popularidade entre os usuários e a maioria das empresas de comunicação ainda não possuía versões on-line. (2008, p.6)

O movimento poderia ter passado despercebido aos olhos do mundo, ser notícia nacional no México por algum tempo, devido aos confrontos armados, mas logo esquecido. Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Para Castells (1997, p.79), o sucesso do movimento Zapatista deveu-se em grande parte à estratégia de comunicação adotada, e à capacidade de conquistar o apoio da opinião pública mexicana e internacional. O subcomandante Marcos, um dos líderes emblemáticos do movimento, conta que o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena o chamou e disse: “Nós precisamos dizer a nossa palavra e sermos ouvidos. Se não fizermos isso agora, outros vão tomar a nossa voz e mentiras virão da nossa boca sem que nós

queiramos. Procure um jeito de falar nossa palavra àqueles que gostariam de nos ouvir”.¹¹ Esse canal, usado com eficácia, foi a internet.

A partir de 1998, os movimentos da Ação Global dos Povos, que ficaram mais conhecidos com movimentos antiglobalização, começaram a organizar protestos nas ruas de várias cidades. As manifestações eram marcadas para ocorrer durante reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da Organização Mundial de Comércio (OMC). Foi assim em Genebra, Colônia, Genova, Lisboa, Praga. Talvez a de maior repercussão tenha sido a de Seattle, nos Estados Unidos no final do ano de 1999. Esses manifestantes não constituíam um movimento único. Ao contrário, eram uma rede de redes, sem a figura de uma liderança centralizada¹².

Os protestos ganharam imensa repercussão, não apenas pelos atos de vandalismo da tática Black Bloc usada por alguns manifestantes, mas pela ação do Indymedia – Centro de Mídia Independente - que fazia a cobertura em tempo real das manifestações com relatórios, fotos, áudio e vídeo e os publicava na internet. (CLÍNIO & ALBAGLI, 2014). Após as manifestações, a Indymedia ganhou adeptos ao redor do mundo. Seu modelo de publicação aberto possibilitava que qualquer pessoa colaborasse com o site, enviando matérias que não sofriam censura, edição prévia e sem a obrigatoriedade de adotar uma linguagem jornalística padrão.

A partir de 2004, como dito anteriormente, a Internet 2.0 passa a predominar como modelo que facilita ainda mais o compartilhamento rápido de informação. Surgem as redes sociais, que alteram a forma como as pessoas se relacionam com e na internet: o Facebook, em 2004; o YouTube, em 2005 e o Twitter, em 2006. De 2005 a 2010, o número global de usuários da internet dobra, passando de um para dois bilhões. As tecnologias de Banda Larga aceleram as conexões. Os *smartphones* começam a se popularizar a partir de 2007. Consolida-se uma comunicação de massa com múltiplos emissores e receptores.

Essa rápida passagem pela primeira década do século XXI é apenas o prelúdio para os eventos e manifestações que surpreenderam o mundo nos últimos cinco anos.

Na Islândia, após um período de crise financeira, desemprego e descontrolado do governo, a sociedade se mobiliza e elabora, por meio da internet, uma nova constituição para o País.

¹¹ Tradução livre do autor para: *We must say our word and be heard. If we do not do it now, others will take our voices and lies will come out from our mouth without us wanting it. Look for a way to speak our word to those who would like to listen.*

¹² culturalpolitics.net/social_movements/global

Numa manhã de dezembro de 2010, o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, morador de uma pequena cidade da Tunísia, ateou fogo ao próprio corpo em frente ao prédio do governo, após o confisco de sua banca de frutas e verduras e a tentativa de um policial em lhe cobrar propina (CASTELLS, 2013, p. 24). O protesto suicida foi filmado e publicado na internet. A partir de então, começaram os protestos que tomaram o país, provocando centenas de mortes e a fuga do então ditador Ben Ali. Por meio das redes sociais, novas manifestações e ocupações de espaços públicos eram marcadas e reportadas para o mundo.

As manifestações populares que tomaram aquela nação espalharam-se rapidamente pelo Egito, Líbia e uma dezena de outros países do norte da África e Oriente Médio, num fenômeno conhecido como Primavera Árabe. Uma avaliação minuciosa da realidade sociopolítica e econômica de cada uma dessas nações seria necessária para que não se cometessem generalizações infundadas. Entretanto, parecem existir alguns pontos em comum quanto aos motivos das manifestações: governos tirânicos, crises econômicas, desemprego, corrupção e violência policial, clamor por mais participação.

Desafiando os poderes desses governos, os manifestantes combinaram técnicas de resistência civil, greves, passeatas, ocupações e comícios, com o intenso uso das mídias sociais para se articularem entre si e também divulgarem suas narrativas do que estava acontecendo, driblando os meios tradicionais de comunicação.

Vários outros movimentos surgiram ao redor do mundo com uso intenso das mídias digitais para divulgação e mobilização. O Movimento *Occupy Wall Street*, em Nova York, a Primavera Érable, no Canadá, os indignados da Espanha, as manifestações na Turquia, no Chile e no Brasil; e os protestos em Hong Kong.

Em comum, Castells aponta alguns padrões emergentes: a conexão em rede de múltiplas formas *on* e *off-line*; a ocupação física do espaço urbano; o aspecto simultaneamente global e local; o desencadeamento por uma centelha de indignação; a viralização que segue a lógica das redes da internet; a deliberação feita em assembleias, sem líderes potenciais ou qualquer forma de delegação de poder; a horizontalidade que favorece a solidariedade e reduz a necessidade de lideranças formais; a constante autorreflexão; a ausência de um programa claro de reivindicações, exceto quando estão sob um regime ditatorial; o clamor para a mudança de valores da sociedade, com a transformação do Estado, mas sem se apoderar dele; apartidários, mas essencialmente políticos.

Roza (2012) também se ocupa em encontrar características comuns entre os movimentos netativistas: (i) local de origem, os movimentos surgem em e nas redes; (ii)

anonimato; (iii) ausência de hierarquia; (iv) recusa da luta pelo poder, que é o verdadeiro espaço de confronto de toda a política ocidental; (v) dimensão temporária; (vi) conflitualidade.

O documentário Levante! (2015), produzido pelo Canal Futura e dirigido por Suzanna Lyra e Barney Owen, aborda iniciativas netativistas em quatro países: Brasil, México, Palestina e Hong Kong. Em cada história, a presença da indignação contra alguma injustiça social e o uso da internet como canal mobilizador e de informação.

No México em 2012, estudantes mobilizaram milhares de pessoas às ruas por meio da internet. O movimento #Yosoy132 começou em uma universidade a partir da visita do então candidato à presidência da república Enrique Peña Neto. Durante a palestra, o candidato admitiu ter autorizado a imposição da violência num episódio ocorrido em 2006, onde duas pessoas foram mortas e dezenas de mulheres violentadas pela polícia. Peña Neto alegou que tinha legitimidade de usar a força para manter a ordem e a segurança pública. A declaração do candidato revoltou os estudantes, que começaram a vaiá-lo. O candidato então disse à imprensa que as vaias eram de militantes do partido de oposição. Para provar que não eram vendidos a nenhum partido, 131 estudantes gravaram um vídeo mostrando suas carteiras da faculdade. O vídeo teve milhares de acessos e assim surgiu o movimento que organizou várias marchas e protestos pelo país.

Atualmente, no mundo virtual, proliferam iniciativas de netativismo. Além dos movimentos que utilizam as redes para convocar protestos de rua, há uma grande variedade de ações em rede. Desde os *slackactivists* (literalmente, ativistas preguiçosos), que emitem opiniões políticas nas mídias sociais, muitas vezes sem reflexão ou compromisso com qualquer ação direta e concreta; passando pelos ativistas hackers, que invadem ou derrubam sites e bases de dados eletrônicos de empresas e governos; até os movimentos estruturados em rede de empreendedorismo social, *crowdfunding* (financiamento coletivo), fiscalização de governos, e petições online em favor de causas, sejam elas de caráter social, político ou ambiental.

O portal de petições online avaaz.org, por exemplo, contabiliza mais de 40 milhões de inscritos de 190 países. Não parece faltar esperança de que é possível mudar o mundo por meio da participação online. O site atribui como resultados de suas ações, por exemplo, a desistência da multinacional Monsanto em abrir uma grande fábrica de sementes geneticamente modificadas na Argentina, em 2014. Também comemoram as 2.4 milhões de assinaturas que influenciaram na decisão do governo da Tanzânia em não desapropriar o povo de uma minoria étnica para dar espaço a um resort de luxo para caça de animais selvagens.

Ao redor do mundo, surgem críticas a Avaaz, inclusive no Brasil. Uma busca rápida pelo site de buscas Google retorna artigos em blogs que questionam a censura prévia quanto às causas que podem ser ou não publicadas. Especula-se também sobre as relações dessa rede de ativismo com poderosos grupos econômicos, como o do magnata húngaro George Soros, ou com partidos políticos de esquerda. Outros ainda dizem que o modelo de participação da Avaaz é feito para deixar as pessoas em paz com suas consciências, quando em verdade o usuário que assinou a petição nada fez de concreto.

A socióloga Zeynep Tufekci, em evento do TED Global Rio 2014¹³, pontua que muito se tem falado sobre a forma como as mídias sociais ajudam a fortalecer protestos. Entretanto, segundo ela, do mesmo modo como a tecnologia facilita mobilizações sociais, paradoxalmente as enfraquece. A dinâmica online não permite que a interação social se solidifique como nos tempos do movimento pelos direitos civis da população negra norte-americana, nos anos 50 e 60, por exemplo. Os resultados dos protestos e manifestações originados ou fomentados na internet muitas vezes se mostram frustrantemente desproporcionais à grande velocidade e ao poder de mobilização temporária dessas iniciativas. Nas palavras de Tufekci:

Os movimentos sociais de hoje querem operar informalmente. Não querem liderança institucional. Querem ficar afastados da política, pois temem a corrupção e a cooptação. Eles têm razão. Democracias representativas modernas estão sendo estranguladas em vários países por interesses poderosos. Mas operar dessa forma torna difícil que eles sustentem o movimento por um longo período e exerçam influência sobre o sistema, o que leva à desistência de manifestantes frustrados e a ainda mais corrupção política.¹⁴ (2014)

Um dos caminhos possíveis pode ser o da institucionalização do movimento, como apontado por Roza (2012, p.36): “Uma rede de ativistas, descentralizada, sem hierarquias rígidas e com uma dinâmica de ação não institucional pode transformar-se em um partido ou mesmo em um grupo de pressão que adere aos padrões tradicionais da disputa política”.

Foi o que ocorreu na Argentina com o *Partido de la Red*. Inicialmente, um grupo de ativistas criou o aplicativo DemocracyOS, um aplicativo para a web, de código aberto, que

¹³ted.com/talks/zeynep_tufekci_how_the_internet_has_made_social_change_easy_to_organize_hard_to_win/transcript?language=pt-br#t-795889

¹⁴ Today's social movements want to operate informally. They do not want institutional leadership. They want to stay out of politics because they fear corruption and cooptation. They have a point. Modern representative democracies are being strangled in many countries by powerful interests. But operating this way makes it hard for them to sustain over the long term and exert leverage over the system, which leads to frustrated protesters dropping out, and even more corrupt politics.

permite que o cidadão se informe sobre os projetos apresentados no Congresso, a partir da explicação em linguagem sem jargões jurídicos. Também permite que o cidadão manifeste como gostaria que seu representante eleito votasse. Se o cidadão não se sentir à vontade para votar em determinado assunto, ele pode delegar seu voto a outra pessoa que ele julgue mais habilitada para tal.

Os ativistas chegaram a apresentar esse aplicativo para os parlamentares, mas não conseguiram convencê-los a utilizar a ferramenta. Com o tempo, os ativistas perceberam que seu poder de pressão era limitado. Decidiram então fundar um partido, para concorrer às eleições de 2013. O diferencial da proposta era que se a candidata fosse eleita, votaria de acordo com a vontade dos membros do partido, em um mandato impositivo. O partido obteve mais de 20 mil votos em Buenos Aires, mas não conseguiu vencer a eleição.

Uma das ativistas do grupo, Pia Mancini, oferece a visão do grupo sobre a participação política no século XXI:

Vamos pensar assim: somos cidadãos do século XXI, fazendo o melhor que podemos para interagirmos com instituições criadas no século XIX, baseadas em tecnologia da informação do século XV. Vamos analisar algumas das características desse sistema. Primeiro, ele é projetado para uma tecnologia da informação que tem mais de 500 anos. O melhor sistema possível que poderia ser criado para isso é aquele em que a minoria toma decisões diariamente em nome da maioria. E essa maioria vota uma vez a cada dois anos. Em segundo lugar, os custos de participação nesse sistema são incrivelmente altos. É necessário ter uma boa fortuna e influência, ou devotar sua vida inteira à política. É necessário tornar-se membro de partido e, lentamente, começar a subir, até que, talvez um dia, você consiga sentar-se à mesa em que as decisões são tomadas. Por último, mas não menos importante, a linguagem desse sistema é incrivelmente enigmática. É feita para juristas, por juristas, e ninguém além deles consegue entendê-la. Então, é um sistema em que podemos escolher nossos dirigentes, mas somos deixados completamente alheios a como esses dirigentes tomam suas decisões. Então, numa era em que uma nova tecnologia da informação nos permite participar de forma global em qualquer debate, nossos obstáculos de informação são totalmente minimizados, e podemos, mais do que nunca, expressar nossos desejos e nossas preocupações¹⁵ (2014).

Exemplos ao redor do mundo foram mostrados e, em seguida, serão apresentados alguns estudos sobre o netativismo político no Brasil.

¹⁵ [ted.com/talks/pia_mancini_how_to_upgrade_democracy_for_the_internet_era](https://www.ted.com/talks/pia_mancini_how_to_upgrade_democracy_for_the_internet_era)

5 MOVIMENTOS NETATIVISTAS BRASILEIROS

Os trabalhos acadêmicos sobre o netativismo no Brasil demonstram o interesse que o tema tem despertado, mesmo antes das manifestações de 2013. Envolve pesquisadores de diversas áreas como Sociologia, Ciência Política, Informática, Direito e Comunicação. De maneira alguma a relação de estudos a seguir pretende ser exaustiva, mas serve como exemplo da produção científica sobre o tema no País.

Assis (2006) aborda as táticas lúdico-midiáticas que alguns grupos ativistas usam para pautar a mídia hegemônica e, assim, tornar suas causas mais atraentes para outros ativistas e para a sociedade em geral.

Identificar a emergência de uma nova cultura organizacional nos movimentos sociais como resultado da apropriação estratégica das Tecnologias da Informação e Comunicação foi a proposta de Machado (2007). Tanto ele quanto Assis usam exemplos de netativismo político internacional.

Em 2012, Roza defende sua dissertação intitulada Netativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares. Ele aborda a forma como as mobilizações coletivas têm sido profundamente modificadas pela interação em ambientes digitais. Com base em extensa leitura nos campos da Comunicação e da Sociologia, o pesquisador constrói um mapa de eventos de netativismo no Brasil e no Mundo, e conclui que essas novas arquiteturas reticulares digitais colocariam “em xeque a legitimidade do Estado como agente privilegiado de organização da vida social”.

Em 2013, vários livros, trabalhos e artigos são publicados no Brasil sobre o assunto. Malini e Antoun publicam o livro *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*, onde entre outros assuntos, discorrem sobre os elementos históricos de criação e expansão do ciberespaço e abordam as relações das redes com as ações diretas nas ruas e as novas narrativas contadas pelos ativistas na internet.

No artigo *Ciberativismo sem Bússola*, Rüdiger faz uma resenha crítica do livro de Malini e Antoun, com vários contrapontos às ideias dos autores. Ele afirma que a “internet se tornou agência do capital e, assim, é prisioneira do fetichismo da mercadoria”. Também critica a ideia de que as narrativas dos movimentos netativistas seriam essencialmente melhores que outras:

A tomada de palavra pelo público em relação à mídia corporativa não é automática e necessariamente um avanço na comunicação e, assim, na

formação de uma consciência esclarecida e independente, se é que ideias como essas ainda ecoam na consciência de nosso tempo. A publicidade a respeito do que acontece na vida de cada um e da qual os favelados estão começando a dispor é, sem dúvida, motivo de simpatia, mas não é, por princípio, algo necessariamente melhor do que o relato alternativo dado pelas autoridades ou, ainda mais propriamente, por uma empresa jornalística profissional e responsável. (2014, p.261)

Em novembro de 2013, a Universidade de São Paulo organiza o I Congresso Internacional de Netativismo. Entre os palestrantes estavam Pierre Levy, Michel Mafessoli e Massimo Di Felice, doutor em comunicação que há anos vem se dedicando aos temas dos novos espaços públicos digitais e suas sociabilidades, com vários artigos publicados.

Entre os trabalhos apresentados nesse Congresso, está a análise do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral como estudo de caso da ação em rede e inovação social na esfera pública (ANDION & MORAES, 2013); as reflexões sobre infoativismo no contexto da Ciência da Informação (CARRETA, 2013); as redes de interação subjetiva na internet (NICOLAU, 2013); e as agregações e coletividades do ambiente digital ou sociabilidade conectiva (FARIA-SANTOS, 2013).

Figueiredo (2014) organiza coletânea que analisa as manifestações de junho de 2013 no Brasil sob vários aspectos como o papel das redes sociais, visão econômica e política dos protestos, segurança pública, o papel da juventude no contexto político nacional, e as consequências práticas daquele período.

Vê-se por essa pequena amostra que o netativismo tem sido discutido no Brasil a partir de diferentes visões. Algumas prenunciam uma modificação profunda nas relações de poder devido às redes e aos ativistas políticos. Outras são cétricas quanto à real eficácia dos movimentos, que parecem erráticos e sem um modelo concreto e factível de alternativa social.

O mapeamento de alguns movimentos netativistas brasileiros não pretende defender nenhuma das duas visões, por se considerar a complexidade de analisar um fenômeno ainda em construção. Alguns critérios foram utilizados para a escolha dos grupos elencados:

- O apartidarismo declarado (embora alguns se manifestem enfática ou veladamente contra determinados partidos), pois essa ausência de bandeiras se apresentou como a bandeira comum de vários manifestantes de 2013;
- A presença na rede e em rede. Há iniciativas que nasceram no ambiente digital e outras não, entretanto a estrutura de cooperação é reticular e se faz presente digitalmente.

- O alcance. Algumas iniciativas são mais conhecidas do público e da mídia, mas todas têm algum alcance quantitativo expressivo.
- A horizontalidade e descentralização. Inicialmente um critério que seria levado em consideração, mas a pesquisa mostra diferentes configurações, com iniciativas centralizadas em um líder ou porta-voz até aquelas que não podem nem ser identificadas como grupo, mas sim como tática de ação, sem líder algum.

Outros critérios pensados inicialmente não foram avaliados, como recorte temporal quanto à data de criação; temáticas das causas; princípios, tipo de financiamento, e vínculos com iniciativa pública ou privada, pois, se fossem aplicados, excluiriam alguns *cases*, em princípio, relevantes.

Foram mapeados 21 *cases* a partir dos sites, blogs, páginas ou perfis em mídias sociais. Os dados foram coletados na internet entre dezembro de 2014 e junho de 2015. Eis a lista.

5.1 Amarribo

Os Amigos Associados de Ribeirão Bonito – Amarribo (www.amarribo.org.br) são uma organização da sociedade civil de interesse público, OSCIP. Em 1999, alguns amigos nascidos e residentes desse pequeno município do interior do estado de São Paulo começaram a se reunir com o propósito de conceber projetos sociais, mas se depararam com o descaso da administração pública municipal e indícios de desvio de recursos públicos. Isso os motivou a concentrar esforços no combate à corrupção. A partir da coleta de provas, apresentaram denúncias formalmente à Câmara Municipal, à Promotoria de Justiça e ao Tribunal de Contas do Estado. Conseguiram mobilizar a sociedade e, em decorrência, dois prefeitos e cinco vereadores foram cassados.

O caso obteve repercussão nacional e cidadãos de outros municípios se interessaram em iniciar movimentos semelhantes. A Amarribo lançou o livro “O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil”, que se tornou uma referência no assunto controle social.

A Amarribo também apoiou fortemente o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral quando na campanha pela coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Ficha Limpa.

Em 2003, criou-se a Rede Amarribo Brasil em parceria com o Instituto de Fiscalização e Controle. De acordo com a página na internet, atualmente são mais de 200 organizações integrando a Rede. Os membros da Amarribo dedicam-se a realizar palestras e oficinas em todo

o País. Em 2011, a OSCIP passou a ser a organização de contato no Brasil da organização Transparência Internacional, organização não-governamental criada em 1993 e sediada em Berlim, que tem como bandeira lutar contra a corrupção governamental.

Em consulta ao site no dia 28 de junho de 2015, os relatórios de atividades estavam atualizados somente até abril de 2013 e os balanços e balancetes financeiros, cuja lista constava os anos de 2009 a 2013, não estavam acessíveis pelos links.

A missão da Amarribo Brasil é promover a transparência, a probidade, a integridade e a boa gestão de recursos públicos transformando cidadãos em agentes de mudança para uma sociedade mais justa, ética e democrática. Ainda conforme o site, sua visão é de uma sociedade livre de corrupção, em que prevaleça a justiça, a paz e a probidade.

A OSCIP possui vários parceiros institucionais e alguns mantenedores como a empresa ALCOA, gigante multinacional de alumínio.

5.2 Anonymous Brasil

De acordo com o www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/, o movimento começou no Brasil em 2004, um ano após seu surgimento online. Não são uma organização formal e afirmam não terem líderes, nem ligações partidárias, religiosas ou interesses econômicos e ideológicos. Algumas de suas bandeiras são o combate à corrupção e a defesa da liberdade de expressão, especialmente na internet. O perfil do Anonymous Brasil no Facebook tem mais de 250 mil seguidores. No Twitter, são 80 mil fãs. Na primeira página do site se lê:

Anonymous é uma ideia de mudança, um desejo de renovação. Somos uma ideia de um mundo onde a corrupção não exista, onde a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, e onde as pessoas não tenham que morrer lutando por seus direitos. Não somos um grupo. Somos uma ideia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. (do próprio site)

Como o nome indica, os participantes se mantêm no anonimato. O símbolo pelo qual o movimento é conhecido é a máscara de Guy Fawkes, soldado católico inglês que participou da conspiração da pólvora, de 1605. Ele ficou responsável por guardar os barris de pólvora que seriam usados para explodir o Parlamento durante uma sessão, e assassinar o rei protestante Jaime I. Em 1982, essa referência histórica se transformou em símbolo pop com a personagem

principal do romance gráfico *V de Vingança*¹⁶, de Alan Moore e David Lloyd, que usava uma máscara inspirada no rosto de Guy Fawkes.

A partir de 2007, o grupo passou a se dedicar cada vez mais ao hackativismo, lutando pelo acesso a dados públicos. Natural, portanto, a identificação do Anonymous com o Wikileaks (www.wikileaks.org), uma organização de mídia independente e sem fins lucrativos, criada pelo ativista Julian Assange, e que busca revelar dados e documentos sigilosos de governos. Denunciando, por exemplo, a espionagem internacional e ações contra a liberdade na internet.

Internacionalmente, o Anonymous participou de diversas causas e ações diretas, como o movimento Occupy Wall Street, de 2011, que protestava contra a influência do sistema financeiro no governo dos Estados Unidos.

Nas jornadas de junho de 2013 no Brasil, o grupo ganhou grande projeção online e muitas máscaras de Guy Fawkes podiam ser vistas em meio aos manifestantes. O site do Anonymous Brasil não tem atualização frequente, aceita publicidade e possui um fórum exclusivo para membros.

Por não ter lideranças, nem centralização, grupos diferentes podem ser encontrados na internet com nomes semelhantes, como o Anonymous Br4sil¹⁷. Com 1.4 milhão de seguidores, esse perfil tem posicionamento político-partidário anti-PT, acusando esse partido de tentar promover uma ditadura no Brasil, chegando a compará-los com os nazistas alemães.

Em matéria publicada no site, no dia 13 de abril de 2014, o Anonymous Brasil nega veementemente qualquer ligação com a versão Br4sil, acusando-a de reacionária e oportunista.

5.3 Avaaz

A Avaaz (avaaz.org/en/) é uma comunidade de mobilização online, que permite ao usuário criar campanhas e assinar petições relacionadas a inúmeras causas políticas, ambientais, de direitos humanos e contra conflitos de caráter nacional ou internacional. A palavra *avaaz* significa voz em diversas línguas do Oriente Médio, Ásia e Europa e revela a intenção de levar a voz da sociedade civil para a política global. A organização independente e sem fins lucrativos foi lançada em 2007 e tem 41 milhões de apoiadores, em 194 países. O Brasil é o país com o maior número de participantes, 9 milhões.

¹⁶ pt.wikipedia.org/wiki/V_for_Vendetta

¹⁷ anonymousbrasil.com/dossies/dossie-anonymousbr4sil/

A organização sem fins lucrativos afirma não aceitar doações de governos ou empresas. Dependem de doações de pessoas físicas, que podem contribuir com pequenas quantias. Sendo legalmente registrada nos Estados Unidos, a Avaaz é auditada anualmente e, em 2013, ano com os últimos dados disponíveis, teve uma despesa de mais de 11 milhões de dólares.

Apesar da enorme adesão ao redor do mundo, a Avaaz também levanta dúvidas e críticas. No Brasil, o jornalista Luís Nassif¹⁸, entre outros, critica o fato de uma ONG norte-americana se envolver em questões brasileiras. Segundo ele, a Avaaz injustamente deu-se o crédito pelo levantamento de milhares de assinaturas virtuais em favor do projeto de lei da Ficha Limpa. Crítica também a imprecisão na apresentação de informações, o caráter manipulativo das narrativas das campanhas e o fato da entidade ter conseguido arrecadar milhões de dólares em pouco tempo. A organização ainda foi acusada pelos articulistas da revista Veja¹⁹ de promover campanhas de acordo com os interesses do PT.

5.4 Black bloc

Para começar a compreender os Black bloc é preciso reconhecer aquilo que não são: uma organização internacional. Não há líderes, hierarquias, centralidade. É uma tática de ação direta que forma estruturas efêmeras e informais, e que surgiu com anarquistas e autonomistas²⁰, na Alemanha nos anos 1980. Eles defendiam ocupações (squats) contra a ação policial e os ataques de grupos neonazistas.

São conhecidos em manifestações de rua pelo uso de roupas e máscaras de cor preta²¹, o que impede a identificação da polícia e os ajuda a reconhecerem uns aos outros “criando uma clara presença revolucionária”. Em geral, protestam contra a globalização e o capitalismo:

Suas atividades ganharam atenção da mídia fora da Europa durante as manifestações contra o encontro da OMC em Seattle, em 1999, quando grupos mascarados destruíram fachadas de lojas e escritórios da lanchonete McDonald's, da cafeteria Starbucks, da empresa de investimentos Fidelity Investments e outras instalações de grandes empresas.

¹⁸ jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/avaaz-golpe-ou-verdade?

¹⁹ veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/pedro-abramovay/

²⁰ Segundo Garland (2009, p. 322) O Autonomismo assume a perspectiva do Marxismo crítico e reflexivo, enfatizando tanto sua natureza negativa e aberta – assim como qualquer teoria crítica – e identificando sua própria teoria e prática como anti-hierárquica, anti-capitalista e anti-autoritária. Ao mesmo tempo em que conservam a centralidade da luta de classes, correntes autonomistas mantêm a necessidade da revolta e auto emancipação dos próprios explorados e oprimidos como uma ação de valor-próprio, não por um partido de vanguarda ou libertador autodeclarado (tradução minha).

²¹ folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml

Com 93 mil seguidores, os Black Bloc Rio de Janeiro esclarecem em sua página do Facebook²²:

Black blocs se diferenciam de outros grupos anticapitalistas por rotineiramente se utilizarem da destruição da propriedade para trazer atenção para sua oposição contra corporações multinacionais e aos apoios e às vantagens recebidas dos governos ocidentais por essas companhias.

Em 2013, a tática Black Bloc foi usada em várias cidades brasileiras, no que ficou marcado como o lado mais violento dos protestos de junho, com depredação de bancos, saques em lojas, queima de veículos e tentativas de invasão de órgãos públicos.

5.5 Cidade democrática

O Cidade Democrática (cidadedemocratica.org.br) é uma plataforma de participação política que permite a cidadãos e entidades apresentar problemas e criar propostas sobre assuntos de interesse público. A iniciativa parte do princípio de que há uma inteligência coletiva capaz de construir soluções inovadoras para problemas comuns das cidades e do País.

A plataforma foi desenvolvida pelo Instituto Seva, uma OSCIP fundada em 2008 em São Paulo. O Instituto possui uma estrutura administrativa formada por conselhos fiscal, consultivo e participativo. O relatório mais recente de atividades e balanço financeiro é de março de 2013. Por meio de participação em editais, obteve recursos de instituições como IBM, Avina e Omidyar Network. Além disso, captou dinheiro por meio do site Catarse, de financiamento coletivo.

O Cidade Democrática funciona como uma rede social, em que é possível ver um perfil simplificado de cada participante, bem como apoiar e comentar ideias de outras pessoas. O estado de São Paulo concentra o maior número de integrantes da plataforma.

5.6 Escola de Ativismo

A Escola de Ativismo (ativismo.org.br) se propõe a promover e multiplicar “processos de aprendizagem e produção de conhecimento em ativismo para aumentar a capacidade de incidência das organizações, movimentos e coletivos”. A iniciativa busca fortalecer outras organizações e movimentos como agentes políticos que atuam na promoção e defesa de três vertentes: a da sustentabilidade, a dos direitos humanos e a da democracia. De acordo com o site, a Escola é:

²²facebook.com/BlackBlocRJ?fref=ts

Uma organização sem fins lucrativos e apartidária, constituída formalmente em 2012, que se organiza coletivamente numa estrutura horizontal e democrática com múltiplas lideranças residentes em diferentes cidades do Brasil. As iniciativas são pensadas e criadas de maneira complementar, transversal e estratégica e gozam de autonomia na sua execução. O coletivo mais envolvido na Escola atualmente é formado por um grupo multidisciplinar de ativistas especialistas em campanhas, comunicação, pedagogia e defensores de direitos humanos com diferentes especialidades e trajetórias profissionais.

A organização oferece um curso chamado de Jornada, com duração de até nove semanas e com etapas online, de imersão e atividade pós-imersão. Em 2013, a Escola mapeou 277 grupos ativistas por meio de uma extensa pesquisa, compilada e apresentada com o nome de Ativismo no Contexto Urbano – Diagnóstico para ação nas cidades. O estudo buscou (i) compreender as transformações nas configurações dos grupos ao longo dos últimos anos, (ii) o campo de atuação dos grupos em Mobilidade e Transporte, Resíduos Sólidos e infraestrutura nas cidades, (iii) mudanças no campo de atuação dos grupos pós-Jornadas de Junho de 2013, e (iv) a percepção dos grupos acerca da agenda climática.

Considerando o tema desse trabalho, o foco será no primeiro e no terceiro itens pesquisados pela Escola. Quanto ao primeiro tema (p.21), os pesquisadores entenderam que os grupos que surgiram a partir de 2007, tinham características de movimentos não institucionalizados, com atuação local e municipal. No item mudança de atuação dos grupos pós-Jornadas de Junho de 2013, apenas 27% dos grupos respondentes disseram ter mudado a forma de atuação devido às manifestações. Apesar disso, 58% disseram que acham que as manifestações ajudaram suas causas. Esse número é diferente do verificado em São Paulo, cidade na qual 71% dos grupos ativistas acham que as manifestações não ajudaram em nada.

5.7 Eu voto

Euvoto.org é um site que permite aos paulistanos opinarem sobre projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal. O software utilizado pela plataforma é o DemocracyOS, um programa livre criado na Argentina, e que já está presente em outros países como México, Ucrânia, Finlândia, Espanha e Estados Unidos.

Como narrado anteriormente, o DemocracyOS na Argentina originou um partido político, o Partido de la Red, tendo disputado uma cadeira no legislativo da cidade portenha em 2013. Apesar de ter obtido mais de 20 mil votos, não conseguiu eleger sua candidata. A proposta do partido era que o candidato eleito votaria sempre segundo o que a maioria dos cidadãos decidisse por meio da plataforma digital.

A iniciativa do Eu voto foi desenvolvida pela Open Knowledge Network no Brasil, uma Rede pelo Conhecimento Livre que será apresentada com mais detalhes no item 5.19. Há apenas cinco projetos de lei disponíveis no site para consulta. O projeto com maior número de comentários teve 224 participantes e o site não parece ter atualização frequente.

5.8 Eu voto distrital

O movimento Eu voto distrital (euvotodistrital.org.br) defende “o voto distrital como o primeiro passo em direção a uma política mais participativa, em que os cidadãos tenham instrumentos simples e diretos de orientar o processo político”

O grupo promove mobilizações, palestras e protestos em favor de sua causa. Com a implantação do voto distrital no Brasil, pretendem diminuir o abismo entre cidadãos e seus representantes. Para os apoiadores dessa iniciativa, o voto distrital, ao estabelecer um vínculo claro entre representante e representado, aproxima a população da política e dá mais poder ao cidadão para ser ouvido e fiscalizar o político de modo mais eficaz.

A iniciativa é conduzida por um administrador de empresas e um sociólogo, ambos com menos de 30 anos. A dupla elaborou uma petição online e está obtendo assinaturas. Até 1º de julho de 2015, foram coletadas 204.107 assinaturas.

O site informa que o grupo não tem financiamento de partidos, governos ou empresas. Conta com a doação de pessoas físicas para manter sua estrutura e promete prestar contas aos doadores por meio de um boletim semestral, ou ainda pelo Facebook e pelo Twitter.

5.9 Fora do Eixo

O Fora do Eixo (foradoeixo.org.br) é, em princípio, uma organização de ativismo cultural. Os membros muitas vezes moram juntos, em casas chamadas de coletivos e promovem manifestações artísticas como eventos musicais e exposições de artes plásticas. Participam de editais de patrocínio por meio da lei de renúncia fiscal. O grupo criou até uma moeda própria (cubo *card*), experiência que admitem ser arriscada:

Os críticos do sistema dizem que não é assim que ele funciona na prática. Desde a entrevista de Pablo Capilé, fundador do Fora do Eixo, ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, multiplicaram-se na internet queixas de antigos parceiros do grupo, que afirmam não ter conseguido trocar a moeda

alternativa por reais ou por serviços prestados pelo coletivo e seus associados²³.

O site, que não sofre atualizações desde o começo de 2014, esclarece que o Fora do Eixo é uma:

Rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos socioculturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais.

Entretanto, seu campo de atuação vai além da questão cultural. Seu principal porta-voz e fundador, Pablo Capilé, tem proximidade com o Partido dos Trabalhadores e já foi recebido no Palácio do Planalto como um dos principais representantes dos movimentos sociais de juventude, além de reunir-se com o ex-presidente Lula²⁴. Em agosto de 2013, foi entrevistado pelo programa Roda Viva, da Rede Cultura²⁵, especialmente devido à atuação da Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, que nasceu do Fora do Eixo. Este outro movimento será retratado no item 5.14.

5.10 Imagina na Copa

O Imagina na Copa (imaginanacopa.com.br/imaginavc) foi lançado em 2012 e consistia num projeto de mobilização inspirado por uma frase muito difundida na sociedade brasileira nos anos que antecederam a Copa do Mundo da Fifa em 2014. Costumava-se dizer “imagina na Copa” ao se deparar com algum problema estrutural do Brasil e antever ainda mais problemas durante a realização do evento esportivo.

Os responsáveis pelo site se propunham a mostrar, por meio de vídeo-documentários curtos, histórias de pessoas comuns realizando projetos sociais que proporcionavam melhorias na qualidade de vida da comunidade em que estavam inseridos.

²³ bbc.com/portuguese/celular/noticias/2013/08/130822_moeda_social_cubocard_fora_do_eixo_lgb.shtml

²⁴ epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-paturo/noticia/2014/09/troca-de-ideia-de-blula-e-pablo-capileb.html

²⁵ youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M

O projeto recebeu recursos financeiros por meio de sites de financiamento coletivo, como o Catarse e também conseguiu apoio de empresas privadas, como a Gol e a Vivo e da ONG Instituto Asas.

Ao todo foram realizados 75 documentários em todas as unidades da federação, que permanecem disponíveis no site do projeto. Após a Copa, o grupo lançou o Imagina você, com o mesmo conceito do imagina na Copa: inspirar pessoas a partir da produção de conteúdo de transformação social, com exemplos de outras pessoas que atuam para melhorar suas comunidades. Para financiar essa nova empreitada, a iniciativa foi divulgada em sites de financiamento coletivo.

5.11 Movimento Brasil contra a corrupção / MBCC

O Movimento Brasil contra a corrupção - MBCC (www.facebook.com/movimentobrasilcontracorrupcao) foi fundado na cidade de Brasília e se define como um grupo apartidário, ordeiro e pacífico de Brasileiros que querem dar um basta na corrupção e impunidade. Organizou marchas de protesto entre 2011 e 2013 que, segundo informações da página do movimento no Facebook, levaram mais de 100 mil pessoas às ruas da Capital federal.

Com mais de 30 mil curtidas, a página do movimento se posiciona contra o atual governo federal e defende o impeachment da presidente da República em decorrência dos escândalos de corrupção envolvendo o PT. Apoiar o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, que serão tema dos itens 5.14 e 5.23.

5.12 Meu Rio / nossas cidades

O Nossas Cidades (nossascidades.org/founders) teve sua origem em 2011, com jovens que resolveram aproveitar a tecnologia da comunicação em rede para articular maior participação dos cidadãos nas decisões políticas municipais. O projeto começou com o Meu Rio e, três anos depois, foi lançado o Minha Sampa. O grupo pretende expandir a atuação para outras cidades brasileiras.

Entre os temas das mobilizações apoiadas ou iniciadas pela rede estão a cultura, os direitos dos animais, a mobilidade urbana, o controle social, o acesso ao espaço público e a segurança pública. Como princípios de sua atuação, valorizam a independência, o apartidarismo, o compartilhamento, o embasamento, a canalização da ação, a transparência, a criatividade, o pacifismo e o diálogo.

Pela plataforma *panela de pressão*, <http://paneladepressao.nossascidades.org/>, é possível se engajar em uma mobilização enviando mensagens eletrônicas diretamente às autoridades responsáveis pela questão. Outra plataforma no site é o blog de olho, que acompanha as votações e audiências públicas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O movimento celebra como resultados de suas ações diretas, a criação da primeira delegacia especializada em pessoas desaparecidas do estado do Rio de Janeiro e a preservação de uma das mais tradicionais escolas públicas da cidade do Rio, a Escola Municipal *Friedenreich*, no bairro do Maracanã.

Os recursos vêm do financiamento coletivo realizado por sites de *crowdfunding*.²⁶ Não são aceitos recursos de governos, partidos, empresas públicas e de concessionárias de serviços públicos.

5.13 Mídia Ninja

A Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (ninja.oximity.com/) define-se como uma rede de comunicadores “que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando”. A colaboração na criação e compartilhamento de conteúdo é o princípio fundamental da proposta.

O movimento teve como origem o Fora do Eixo, iniciativa já abordada nesse trabalho. Março de 2013 é a data de início, mas foi a partir da cobertura das manifestações de junho que a Mídia Ninja conquistou projeção nacional. Em julho daquele ano, um dos jornalistas foi detido quando cobria as manifestações que ocorriam paralelamente à visita do Papa ao Rio de Janeiro, o que deu ainda mais visibilidade ao grupo.

A relação com a internet e as novas tecnologias parece intrínseca ao trabalho de seus colaboradores:

Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peer-to-peer (P2P), que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas

²⁶ Crowdfunding, ou financiamento coletivo em português, consiste, segundo a Wikipédia, “na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa. O termo é muitas vezes usado para descrever especificamente ações na Internet com o objetivo de arrecadar dinheiro para artistas, jornalismo cidadão, pequenos negócios e *startups*, campanhas políticas, iniciativas de software livre, filantropia e ajuda a regiões atingidas por desastres, entre outros”. (Acesso em 20jul2015)

aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem, mas também produzem informações. Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãos-multimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. Articulados, esses novos narradores fazem a Mídia Ninja. (do próprio site)

A Oximity, plataforma que hospeda a Mídia Ninja permite que qualquer pessoa se inscreva e torne-se colaboradora, enviando textos, fotos e vídeos. Os demais usuários podem auxiliar na contextualização da notícia e exercem um papel de curadoria sobre o que é mais relevante. Segundo o site, “algoritmos capturam todos os feedbacks dos usuários e fornecem uma experiência de leitura de alta qualidade, personalizado para cada leitor se logar no Oximity, ou encontrar o conteúdo de notícias através de motores de busca ou redes sociais”.

Movimentos sociais, denúncias contra violações de direitos humanos, cultura popular, pautas políticas com um viés de esquerda constituem a linha editorial do site. No vídeo-documentário Levante! (levantave.com) um dos jornalistas da Mídia Ninja explica o uso do Twitcasting – aplicativo japonês que permite a transmissão de imagens ao vivo através de celulares e tablets. O Brasil seria o segundo maior usuário do mundo do Twitcasting, tendo atingido picos de 300 mil acessos diários durante as manifestações de junho de 2013.

No mesmo documentário, o jornalista Hebert Soares expressa sua opinião sobre o potencial da multiplicidade de pessoas registrando um mesmo evento:

Se a gente conseguir incentivar que cada um pegue e faça a sua imagem e dê a sua opinião, a gente vai ter um monte de opinião na rua, um monte de visões, e cada um vê o que quer.... É muito importante o que eles estão fazendo, mas eu acho que a galera não pode também achar que os caras são os salvadores da pátria e que eles vão dizer tudo o que tava guardado na garganta. (do próprio site)

O site da Mídia Ninja esclarece que não recebe dinheiro de governos, partidos ou venda de espaço publicitário. Entretanto, defende maior democratização na distribuição de recursos públicos a mídias independentes. Também informa que algumas organizações internacionais custeiam o projeto, mas não revela quem e quantas são. Relaciona a sustentabilidade do projeto à estrutura de apoio e a força de trabalho do Fora do Eixo, com seus mais de 100 coletivos espalhados pelo País.

5.14 Movimento Brasil Livre

O Movimento Brasil Livre - MBL (movimentobrasillivre.org/) foi um dos responsáveis pela manifestação de 15 de março de 2015 em várias cidades do País. Segundo os

organizadores, o número de participantes chegou à marca de 2 milhões. O movimento defende cinco princípios:

IMPrensa LIVRE E INDEPENDENTE, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos; LIBERDADE ECONÔMICA, um mercado livre de regulações abusivas e impostos escorchantes; SEPARAÇÃO DE PODERES, instituições independentes, livres da ingerência sufocante de partidos totalitários; ELEIÇÕES LIVRES E IDÔNEAS, um processo eleitoral transparente e livre coerções partidárias; FIM DOS SUBSÍDIOS DIREITOS E INDIRETOS A DITADURAS, tributos cobrados do povo brasileiro devem ser investidos no Brasil.(do próprio site)

O grupo critica veementemente o atual governo federal, apontando a corrupção como uma das principais mazelas do País sob o comando do PT.

Com lideranças em 11 estados brasileiros, o MBL não recebe recursos de partidos ou governos e arrecada doações de pessoas físicas pelo site. Seu principal expoente é Kim Katagiri, jovem estudante de Economia de 19 anos, que reside na cidade de São Paulo e alimenta um canal do YouTube chamado Inimigos Públicos.

Em março de 2015, o movimento organizou uma Marcha pela Liberdade, que percorreu, em 33 dias, 1000 km de São Paulo a Brasília para entregar ao presidente da Câmara dos Deputados um pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff²⁷.

5.15 Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

A origem do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE – (<https://www.facebook.com/MCCEFichaLimpa/timeline>), remonta, segundo Andion e Moraes (2013), ao período da Assembleia Nacional Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988. Com a possibilidade de apresentação de emendas populares à Constituição, um grupo formado por membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio Grande do Sul e da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJPASP) resolveu coletar assinaturas para propor um dispositivo que permitisse o exercício de democracia direta. A mobilização resultou em 50.000 assinaturas, que foram aceitas pelos constituintes e deram origem ao Art. 14 da Constituição de 88, que prevê dois mecanismos da iniciativa popular: o plebiscito e o referendo.

²⁷ [oglobo.globo.com/brasil/ movimento-brasil-livre-entrega-no-congresso-pedido- de-impeachment-de-dilma](http://oglobo.globo.com/brasil/movimento-brasil-livre-entrega-no-congresso-pedido-de-impeachment-de-dilma)

O MCCE foi o responsável pela mobilização em favor da aprovação de duas leis de iniciativa popular anticorrupção no Brasil: a lei 9.840/99, conhecida como Lei da Compra de Votos, que prevê a cassação de registros e diplomas eleitorais de quem comprar votos ou usar eleitoralmente a máquina administrativa. Também liderou a campanha que culminou com a aprovação da lei Complementar 135/2010, a Lei da Ficha Limpa, que trata da inelegibilidade, por oito anos, de candidato que tenha sido condenado por decisão colegiada. Torna inelegível também o candidato que teve um mandato cassado ou que tenha renunciado para evitar a cassação.

Parte do êxito na mobilização e coleta de assinaturas para o projeto da Lei da Ficha Limpa deve-se ao papel da internet e de uma outra organização já discutida nesse trabalho. Para Andion e Moraes,

Um grande diferencial para o movimento foi a organização AVAAZ, que usa as petições como ferramenta de ciberativismo, ter procurado o MCCE. Graziela Tanaka era a responsável pelo escritório do Brasil e resolveu entrar em contato com o movimento na época da Campanha da Lei da Ficha Limpa. O AVAAZ coletou 400 mil assinaturas por uma petição online, em prol da Ficha Limpa, em forma de pressão, pois para os fins da iniciativa popular, as petições ainda não tinham validade jurídica. Estima-se que na época da campanha, o AVAAZ subiu de 150 mil membros para 600 mil. (2013)

Em 2013, o MCCE iniciou uma nova campanha. Dessa vez, o objetivo é aprovar uma reforma política que proíbe o financiamento de campanhas por empresas; equipara a representação entre homens e mulheres nos cargos representativos; institui consultas populares para assuntos de interesse nacional como concessões; privatizações e aumento de salário de parlamentares; facilita a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular; e estabelece a votação em dois turnos nas eleições proporcionais, com primeiro turno votando-se em partidos e no segundo em candidatos.

O MCCE congrega a Coalisão pela reforma política democrática e eleições limpas, que coordena junto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio de mais de 100 entidades e movimentos sociais (<http://www.reformapoliticademocratica.org.br/quem-somos-2/>).

5.16 Movimento Passe Livre

O Movimento Passe Livre – MPL (mpl.org.br) é um movimento social que se declara autônomo, apartidário, horizontal e independente. O transporte coletivo verdadeiramente público é o principal objetivo desse grupo que começou a se articular nacionalmente a partir de

2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Está presente em várias cidades brasileiras e defende que a “a força deve vir das ruas”, não da via parlamentar.

Como forma de custear a implantação da tarifa zero no transporte público urbano, propõem maior tributação sobre setores mais ricos das cidades, como grandes instituições bancárias e shopping centers.

O MPL se posiciona de forma independente de partidos políticos, instituições religiosas, financeiras e ONGs. Arrecada recursos por meio de doações individuais e também com a venda de produtos como camisetas, bótons, livros e DVDs do movimento. Não foram localizadas no site relatórios ou balanços financeiros do grupo.

Além da questão do transporte, o movimento pretende fomentar discussões sobre os problemas urbanos como crescimento desordenado, meio ambiente, especulação imobiliária, e a relação entre drogas, violência e desigualdade.

Quanto à divulgação e mobilização,

O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público. (do próprio site)

O MPL teve um papel fundamental como gatilho das grandes manifestações de junho de 2013. Quem acessou o site do Movimento Passe Livre - MPL www.saopaulo.mpl.org.br²⁸ no dia 12 de maio de 2013, leu:

Convocatória: grande ato contra o aumento no dia 06/06! GRANDE ATO CONTRA O AUMENTO DA TARIFA – quinta-feira 06/06 – concentração às 17h em frente ao Teatro Municipal.

O prefeito já confirmou que a tarifa de ônibus em São Paulo vai aumentar no início de junho. Segundo o governador, as passagens do Metrô e da CPTM devem subir junto. O valor do aumento ainda não está confirmado, mas se R\$3 já é um roubo, imagina mais! Por isso chamamos todos a uma grande manifestação contra o aumento, na quinta-feira dia 06/06, com concentração a partir das 17h em frente ao Teatro Municipal (próximo ao metrô Anhangabaú e do terminal Bandeira). Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar!

Nem mesmo o mais visionário entre os ativistas do MPL poderia imaginar o que estava por vir. Segundo Macedo (2014, p. 39), “ninguém anteviu os protestos populares que chegaram às ruas em junho de 2013”. No dia 6 de junho, o número de manifestantes era de cerca de 1000 pessoas (FIGUEIREDO, 2014, p. 15). A repressão policial, que usou extensivamente bombas

²⁸ Acesso em 18/06/2015.

de gás lacrimogêneo e balas de borracha, só fez aumentar o número de pessoas nos protestos dos dias subsequentes. Em pouco tempo, pela velocidade das informações disponibilizadas nas redes sociais, as manifestações já não se confinavam à cidade de São Paulo, mas tomou conta do País. O fenômeno surpreendeu até os analistas mais experientes, os partidos políticos, as empresas de comunicação e as três esferas de Poder.

Em 17 de junho, entretanto, ocorreu uma mudança na natureza das manifestações, como observou a ativista do MPL Elena Judensnaider:

Eu fiquei muito triste, na segunda-feira. Surpresa com a quantidade de gente na rua. A princípio, quando eu cheguei, achei tudo muito positivo, mas eu saí da manifestação preocupada. O que eu vi foi a difusão de pauta gritante. Eu quase não ouvi os gritos de rua relativos a transporte. (JUNHO, 2014)

Em 19 de junho, o governador do estado e o prefeito de São Paulo revogaram o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, o governador decidiu reduzir as tarifas dos transportes coletivos. No dia 21, como mostra o documentário Junho produzido pela TV Folha de São Paulo, o MPL decidiu não convocar mais novas manifestações, que a essa altura já haviam saído do âmbito do movimento.

Outro aspecto mostrado pelo mesmo documentário é a mudança de comportamento da cobertura jornalística da mídia comercial e dos colunistas de opinião. No início, os protestos foram criticados como iniciativa de baderneiros e, quando se percebeu que a opinião pública começava a se posicionar favoravelmente aos manifestantes, o discurso da imprensa mudou. Tognozzi (2014, p.75) resgata pesquisa do Datafolha de 29 de junho de 2013, apurando que 81% da população brasileira apoiava os protestos contra o aumento das passagens e pela melhoria dos serviços públicos.

Discutem-se também os resultados práticos das manifestações. Kahn (2014, p.130) aponta que o Executivo e o Legislativo anunciaram apressadamente medidas para tentar reduzir a intensidade das manifestações: o preço das passagens não foi reajustado, a punição pela corrupção foi considerada “hedionda”, a PEC 37, que retirava do Ministério Público o poder de realizar investigações criminais, foi derrubada, e o governo federal lançou uma pauta de cinco itens, que posteriormente não foram levados a frente, como a proposta de um plebiscito sobre a reforma política.

5.17 Open Knowledge Brasil

A Open Knowledge Brasil (br.okfn.org/) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária, vinculada a Open Knowledge, organização fundada em 2014 no Reino Unido. No Brasil, é regida por um estatuto aprovado em assembleia no ano de 2013.

Seus membros defendem a construção de um mundo onde o conhecimento livre esteja presente no cotidiano das pessoas, tanto online como off-line. Dentro dessa perspectiva, dedicam-se a promover o conhecimento livre, por acreditar em sua capacidade de gerar grandes benefícios sociais. Esse conhecimento livre geraria melhorias na governança, na cultura, na pesquisa científica e na economia, acreditam eles.

A organização promove debates, encontros, advoga a causa da abertura de dados e informações e incentiva o desenvolvimento de tecnologias e aplicativos que facilitem o acesso amplo a esses dados.

É também a responsável pelos sites euvoto.org, iniciativa já abordada no item 5.7, e pela plataforma VaiMudarnaCopa, projeto colaborativo que busca a transformação e participação social, utilizando a tecnologia para auxiliar a visualização de relações entre o poder econômico e o poder público. Esse projeto surgiu em junho de 2014 tendo como foco inicial a realização da Copa do Mundo no Brasil. Permite a visualização das empresas beneficiadas com investimentos públicos e os repasses dessas empresas para as campanhas eleitorais. De acordo com o próprio site, a o projeto se justifica, pois, “Pela forma como privilegia certas empresas em detrimento da população, a realização da Copa no Brasil se tornou um símbolo da insatisfação popular”.

Usou como base de dados o site Transparência na Copa, do governo federal, transparencia.gov.br/copa2014/home.seam, bem como informações do site proprietariosdobrasil.org.br/, que busca identificar grupos de interesse econômico e como as ações desses grupos impactam na sociedade.

5.18 Operação política supervisionada

A Operação Política Supervisionada – OPS (youtube.com/user/ldb1969) é um grupo de trabalho que fiscaliza os gastos com o dinheiro público da verba indenizatória dos deputados federais e senadores. Foi criado pelo jornalista e músico Lúcio Batista, ou Lúcio Big, em 2013. Já fez várias denúncias ao Ministério Público e ao TCU, bem como diretamente aos parlamentares. Como isso, Lúcio afirma que já conseguiu provocar uma economia de dinheiro público de mais de R\$ 5 milhões. Segundo informações do próprio site, atualmente a operação

conta com mais de 4 mil colaboradores voluntários em todo o país e também no exterior. Além disso, a OPS declara-se independente de qualquer agremiação partidária. A iniciativa sobrevive de doações e vendas de adesivos, camisetas e do CD de música de seu fundador.

Lucio Big também usa vários canais na internet. Seu perfil na rede social Google Plus tem mais de 1.2 milhão de visualizações. Ele também publica vídeos no YouTube, comentando fatos políticos e denunciando abusos quanto às verbas indenizatórias recebidas pelos parlamentares do Congresso Nacional. Colabora ainda com o site Congresso em Foco e tem como lema “o controle social é a peça chave para termos uma política menos corrupta”.

5.19 Politize

O Politize (politize.com.br) é um portal de educação política, que se propõe a oferecer conteúdo de qualidade sobre os temas mais relevantes do cenário nacional, contribuindo para a formação de cidadãos informados e engajados. É uma iniciativa da Comunidade Global Shapers, que se define como “uma rede mundial de *hubs* fundados e liderados por jovens de diferentes contextos e trajetórias, que têm em comum o desejo e o potencial para gerar impacto positivo nas suas comunidades”.

O portal quer explicar de maneira didática assuntos relacionados à participação e controle social, uso do dinheiro público, reforma política, democracia digital. A criação é colaborativa, ou seja, qualquer um pode se inscrever como voluntário para se tornar um produtor de conteúdo. Os recursos para a elaboração do portal vieram de doações feitas por dezenas de pessoas em sites de *crowdfunding*.

5.20 Revoltados online

O Revoltados online (revoltadosonline.blogspot.com.br/) declara “ser uma organização de iniciativa popular de combate aos corruptos do poder”. Com mais de 890 mil curtidas no Facebook (dados de julho de 2015), foi um dos movimentos responsáveis pelas manifestações de março e abril de 2015, juntamente com outros grupos aqui citados. Faz severas críticas ao governo atual, inclusive com conotação ofensiva, e defende o impeachment da presidente da República pelos escândalos e denúncias de corrupção que têm aflorado no País há um ano. Seu fundador e principal articulador é Marcello Reis, que também parece assumir a função de porta-voz do grupo. Em princípio, o movimento parece se manter com a venda de brindes como adesivos, camisetas e broches.

5.21 Vem pra Rua

O movimento Vem pra Rua (vemprarua.org/) começou com a ideia de reunir em um único site as informações sobre as diversas manifestações agendadas no Brasil. O projeto se desenvolveu até o formato de um portal. Segundo os organizadores, o principal objetivo do Vem pra Rua é promover manifestações de rua para que o povo brasileiro se manifeste por um país melhor. Recebe doações por meio do site, mas não divulgam o balanço financeiro.

É um dos grupos responsáveis pelas manifestações de 15 de março e 12 de abril de 2015, que mobilizou milhares de pessoas em várias cidades brasileiras. O grupo se declara suprapartidário, e tem como bandeira a luta contra a corrupção. Opõem-se contra o atual Governo Federal, que classifica como mentiroso e também faz críticas aos parlamentares do Congresso Nacional. Entre as pautas de discussão do movimento estão a cassação, renúncia ou impeachment da presidente Dilma Rousseff; o fim do Foro de São Paulo; A transparência das Operações do BNDES; a proteção da operação Lava-Jato.

O Vem pra Rua não tem uma liderança formal visível. Entretanto, quem fala com a imprensa é o empresário Rogério Chequer.

Declaram-se ainda a favor da democracia, da ética na política e de um estado eficiente e desinchado. São contra a violência e condenam extremismo, como separatismo, intervenção militar, golpe de Estado, autoritarismo.

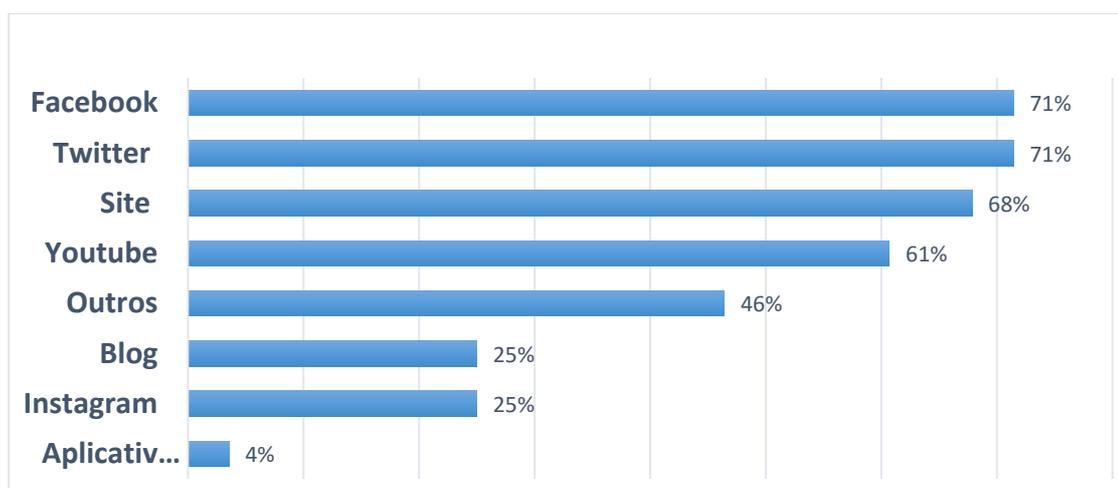
Por suas posturas e discurso, o Vem pra Rua é identificado, assim como Brasil Livre e o Revoltados Online como movimentos de direita, e veladamente apoiadores de partidos de oposição, como o PSDB.

6 DADOS QUANTITATIVOS

Na tentativa de reunir mais subsídios para entender melhor o perfil dos movimentos analisados, foram quantificadas algumas informações que serão apresentadas a seguir em forma de gráficos.

6.1 Quanto à plataforma utilizada (site, blog, mídias sociais)

Gráfico 1:

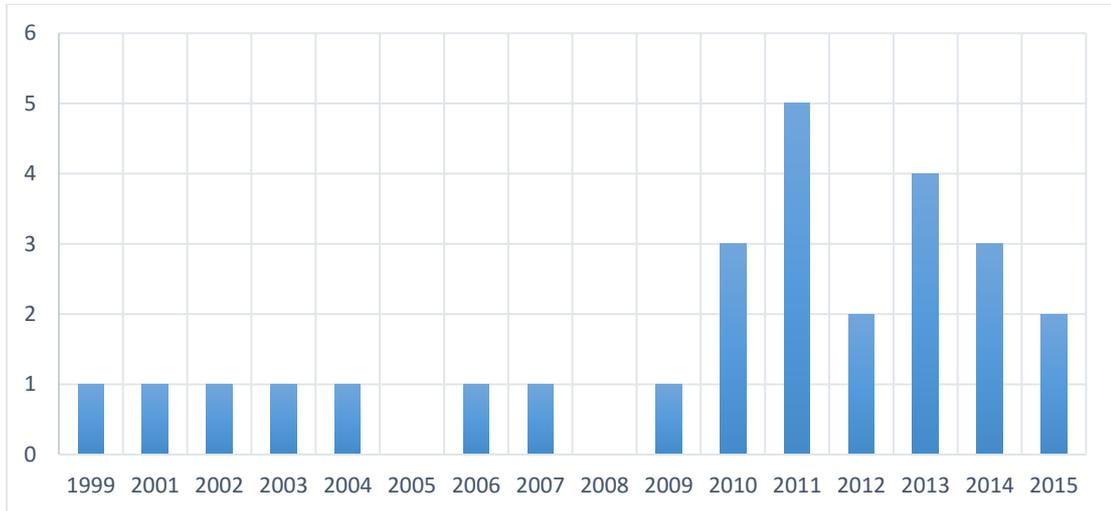


Fonte: próprio autor

Nota-se o predomínio do Facebook e do Twitter como plataformas mais comuns. Sites próprios e o YouTube também aparecem com bastante frequência. O item “Outros” refere-se a redes e sites como Google +, Tumblr, Pinterest e outras. Isoladamente não eram significativos, mas em conjunto representam uma porcentagem considerável.

6.2 Quanto à data de criação

Gráfico 2



Fonte: próprio autor

Nota-se que 2011 foi um ano de criação de muitos grupos netativistas. O fenômeno doméstico brasileiro coincide com as manifestações em massa da Primavera Árabe, que se espalhou pelo norte da África e Oriente Médio.

6.3 Quanto aos temas defendidos

Gráfico 3

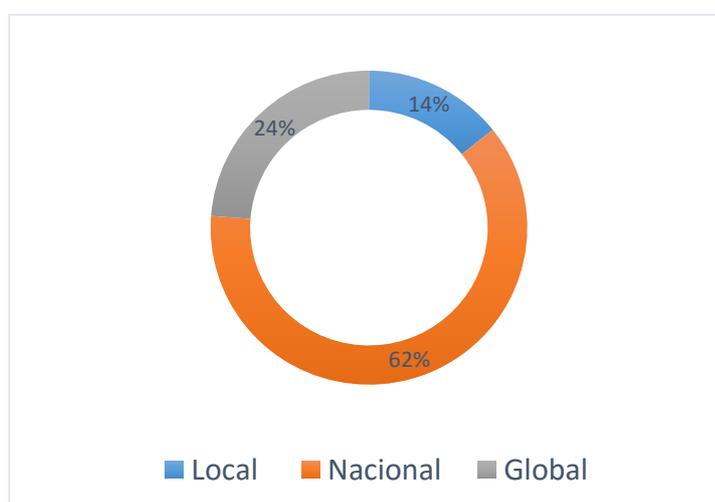


Fonte: próprio autor

O combate à corrupção parece ser a maior preocupação dos grupos pesquisados. O desejo por mais participação política também aparece em alta. Outros temas abordados pelos movimentos tiveram apenas 1 representante e não foram representados no gráfico: paz, reforma política, economia solidária, liberdade de imprensa, livre mercado, separação de poderes, eleições livres e idôneas, fim de subsídios diretos e indiretos à ditadura, conhecimento livre, educação política, oposição ao PT.

6.4 Quanto à abrangência do tema (questões locais ou nacionais)

Gráfico 4



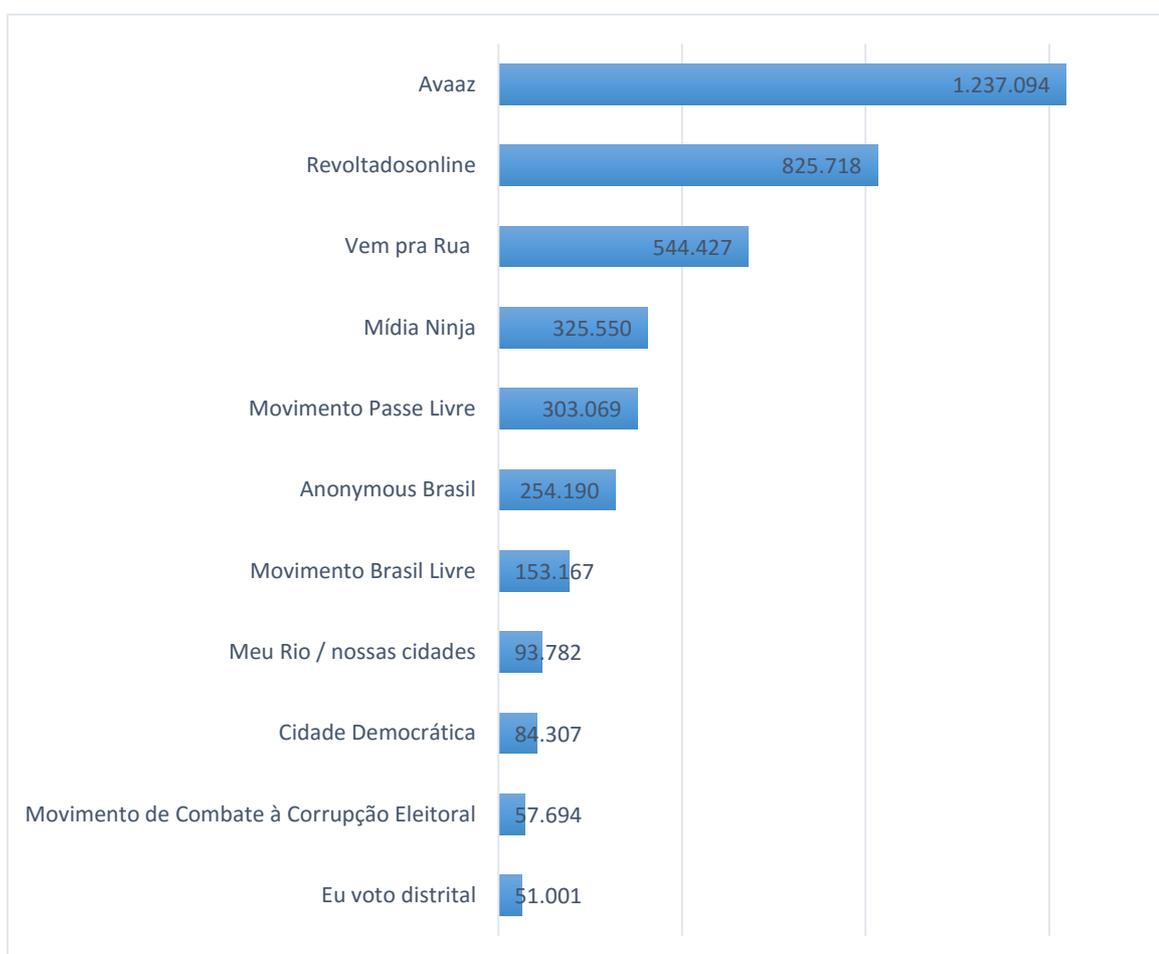
Fonte: próprio autor

A maioria dos grupos pesquisados preocupa-se com temas de caráter nacional. Durante o levantamento de dados, alguns movimentos locais foram encontrados, mas não figuram na análise, pela questão do limite de tempo e espaço desta pesquisa.

6.5 Número de seguidores, apoiadores, visualizações até junho de 2015

6.5.1 Curtidas no Facebook (somente os perfis com mais de 50 mil)

Gráfico 5

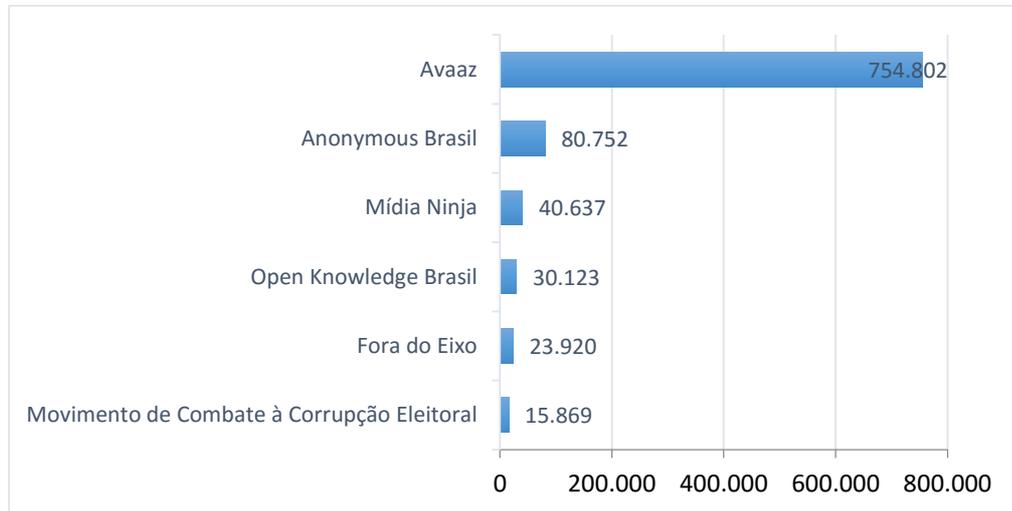


Fonte: próprio autor

O número que mais impressiona não é o da AVAAZ, pois trata-se de uma organização global. O que chama a atenção é a enorme quantidade de curtidas do Revoltados Online, que não mede palavras para criticar e até ofender o atual governo federal.

6.5.2 Seguidores no Twitter (somente os perfis com mais de 10 mil)

Gráfico 6

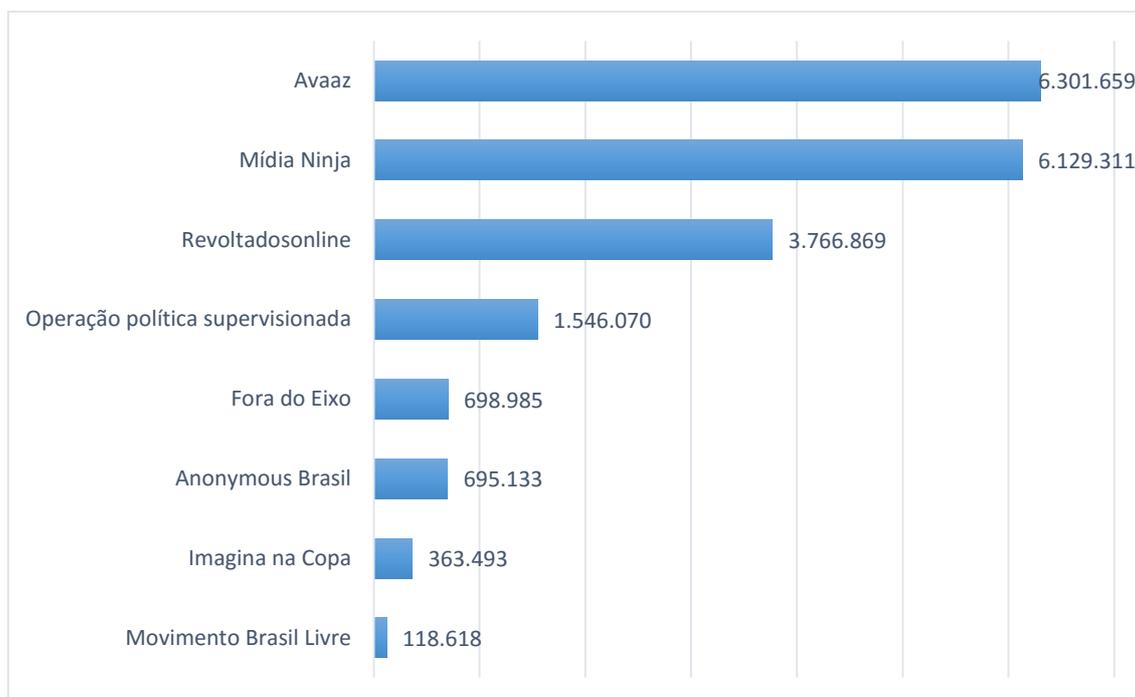


Fonte: próprio autor

O Avaaz, além de ser uma plataforma de petições online, também produz conteúdos e narrativas sobre os eventos. Talvez isso explique o grande número de seguidores no micro blog Twitter.

6.5.3 Visualizações no YouTube (somente os canais com mais de 100 mil)

Gráfico 7



Fonte: próprio autor

É preciso considerar novamente que, diferentemente dos demais, o Avaaz é uma plataforma conhecida em diversos países. A mídia Ninja ficou conhecida durante as manifestações de junho de 2013 e também, no mesmo ano, na cobertura da vinda do Papa ao Brasil.

6.6 Financiamento

Gráfico 8



Fonte: próprio autor

É comum que os grupos combinem mais de um tipo de financiamento: doações com venda de material promocional, por exemplo. O item “não divulgado” deve ser considerado com cautela, pois este estudo pode não ter visualizado essa informação no site. Entretanto, se não for este o caso, parece contraditório que movimentos assim não prestem contas de seus relatórios financeiros, de forma transparente e imediata.

7 CONCLUSÃO

Uma vez que o fenômeno observado acontece no presente, emergem desse trabalho mais dúvidas que respostas. Arriscamos, porém, algumas conclusões que parecem fazer sentido face às leituras e análises exploradas.

Entre os desafios dessa jornada, estava o que foi proposto pelo ativista Jeremy Heimans, de olhar para onde está o poder a fim de compreender o mundo. Em busca do rastro do poder, deparamo-nos com reis absolutistas do Estado Moderno, com a dominação do homem pelo homem, e também com o levante da classe burguesa na França em busca de mais liberdade, num ambiente de criação de opinião pública, de ebulição de ideias, expressões culturais e expansão do conhecimento. Naquele contexto, é no mínimo curioso (e digno de mais pesquisas) perceber como as mudanças no acesso e no financiamento a manifestações artísticas e culturais na França pré-revolução assemelham-se com a efervescência atual da disseminação digital da arte e com as oportunidades de inovação a partir das cada vez mais comuns ações de financiamento coletivo online.

Foram apresentadas duas análises sobre o poder político: a primeira defende que a base desse poder está no monopólio legítimo do uso da força. A segunda, de que o poder é daquele que consegue o consenso em meio à pluralidade. Qual delas melhor reflete a atualidade? De qualquer forma, o Minotauro mascarado continua se impondo por meio de intrincadas redes de poder, mantendo os indivíduos num labirinto burocrático do qual há poucas chances de escape.

Vimos diferentes ondas de movimentos sociais, algumas demandando reconhecimento identitário, igualdade, providência e regulação do Estado, outras acreditando em um neoliberalismo que tenta reduzir a dependência desse mesmo Estado. Em meio a diferentes gerações, posturas ideológicas e causas, um traço comum: seus integrantes passaram, com variável intensidade, por transformações de mentalidade que os fizeram acreditar na mudança do percurso histórico como resultado de suas próprias ações.

Também encontramos inventores e seus inventos fabulosos, do telégrafo ao rádio, da TV ao primeiro computador, criando a expectativa de que provocariam mais autonomia aos indivíduos. Entretanto, a implacável lógica industrial convertia essas promessas em poderosos impérios de comunicação que não necessariamente emancipavam.

O computador e a internet passam a conectar os seres humanos, furando a lógica de *gatekeeping* das grandes corporações midiáticas. Um recurso poderoso acabara de nascer. Era sem dúvida uma forma inovadora de fazer com que outros pontos de vista abolissem a

centralidade das narrativas. Desse modo, as palavras de um índio Chiapa no interior do México puderam ser ouvidas num contexto global e a atitude desesperada de um tunisiano suicida provocou uma onda revolucionária. Em contraponto, vimos pessoas “curtindo” de seus sofás. E só. A mesma lógica de consumo, os algoritmos que mostram o que se quer ver, o contato que aproxima e afasta. Esse é o poder da internet: conectar e distanciar, trazer a potencialidade latente de mais democracia, liberdade e participação e ao mesmo tempo de controle, vigilância, dominação.

Nesse contexto, o netativista é o ingênuo utópico sem propostas alternativas concretas ou o desbravador de novas fronteiras sociais e políticas? Ambos, talvez.

Finalmente, concentramos o olhar no Brasil. Percebe-se pelo mapeamento realizado que os movimentos netativistas brasileiros têm conquistado muitos apoiadores. A facilidade de interação proporcionada pela internet, o desejo por mais participação que extrapola os limites da representação política convencional, e um descontentamento crescente em relação aos partidos e instituições políticas tradicionais – frequentemente associadas a escândalos de corrupção – podem ser apontados como causas da adesão a tais movimentos.

Mesmo apartidários e organizados em e na rede, os netativistas brasileiros não estão imunes a contradições internas e externas, nem a manipulações e a ideologizações fragmentadas e até radicais. Teriam a resiliência para permanecer a longo prazo, num ambiente com vínculos tão provisórios como a internet? Lograrão êxito propondo novas formas de organização política de base ou decidirão criar novas estruturas partidárias e disputar eleições, como o *Partido de la Red* na vizinha Argentina? Conseguirão influenciar a opinião pública em favor de suas causas e narrativas?

Em determinado momento dessa pesquisa, sentimo-nos tentados a classificar os movimentos em categorias: coletivistas, fiscalizadores, construtivistas, *liberais-conservadores*, *infolibertadores*, táticos. Entretanto, tamanha tarefa exigiria um novo trabalho, com mais pesquisas para apoiá-lo. Assim, deixamos essa classificação como sugestão para outros estudos. Além disso, parafraseando McLuhan, o netativismo é a mensagem.

Esse e muitos outros desafios se apresentam como campos de pesquisa, mas talvez não descubramos além do que Castells já constatou: “Somos anjos e demônios. Viver na internet tem um perigo: nós mesmos”.²⁹

²⁹ folha.uol.com.br/ilustrada/2013/06/1293805-somos-anjos-e-demonios-na-internet-diz-o-sociologo-manuel-castells.shtml

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. A tecnologia de comunicação do Senado: do papiro à internet. Dissertação. UNB, Brasília, 2007.

ALVES, Mario Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. Revista Organizações & Sociedade, UFBA, Salvador, volume 11, 2004, p.141 -154.

ANDION, Carolina. MORAES, Rubens Lima. Artigo: Ação em rede e inovação social na esfera pública: Uma análise do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral MCCE. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://netativismo.files.wordpress.com/2013/> Acesso em 23nov2014.

ANDUIZA, Eva; JENSEN, Michael J; LAIA, Jorba. Digital Media and Political Engagement Worldwide (Communication, Society and Politics). E-book, Cambridge Press, 2012.

ASSIS, Érico Gonçalves de. Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação. Dissertação de Mestrado, 2006. Disponível em <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/Taticas%20ludico-midiatico.pdf> Acesso em 23nov2014.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

BARABASI, Albert László. Linked. Plume, 2009.

BARBOSA, Antonio J. Nota introdutória a uma história do Parlamento. Mimeo. S/D.

BERTAGNOLLI, Danielle. RIZZOTO, Felipe. TONIAL, Maira. As relações de trabalho e automação industrial: reflexões sobre os aspectos históricos, econômicos, conceituais e sociais. Revista Justiça do Direito, Universidade de Passo Fundo, v.24, n.1, 2010, p.132 – 150.

BRANCH, Mauro. BIONDI, Odaneti. Nicolau Maquiavel: revisitando “O Príncipe”. Revista da Escola de Administração Pública do Amapá. 2009, p. 22 - 27.

CLINIO, Anne; ALBAGLI, Sarita. Apropriação social da internet em ações de mídias táticas: dinâmicas de informação e comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2014.

CARRASCO de Oliveira. Vinícius Martins. Artigo: Os protestos brasileiros de 2013 e as especialidades da comunicação Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru-SP Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0753-1.pdf> Acesso em 23nov2014.

CARRETA, Antonio Paulo. Artigo: Reflexões sobre infoativismo no contexto da Ciência da Informação. São Paulo, 2013. Disponível em <https://netativismo.files.wordpress.com/2013/05/anais-completo2.pdf>. Acesso em 24Nov2014.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Zahar, Rio de Janeiro, 2013

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.) *A Sociedade em Rede - do Conhecimento à Ação Política*. Anais da Conferência promovida pelo Presidente da República de Portugal entre 4 e 5 de março de 2005. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf. Acesso em: 1ºjul2015.

CASTELLS, Manuel. *The Power of Identity*. Volume II, Blackwell Publishers, Oxford, UK, 1997.

Centre National de Ressources Textuelles Disponível em <http://www.cnrtl.fr/lexicographie/activisme>. Acesso em 1dez2014

CORREIA, João Carlos. O papel das redes digitais na configuração epistemológica dos debates de sociedade. *Estudos em Comunicação*, v. 15, p. 77-92, 2014.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. In *Textos Básicos sobre Derechos Humanos*. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. APUD.FERREIRA Filho, Manoel G. et al. *Liberdades Públicas* São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos netativistas. São Paulo. *Revista Matrizes*. Ano 7 – n. 2 jul. /dez./ 2013.

DI FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/11339/7730> Acesso em 20nov2014.

FARIA-SANTOS, Marcella Schneider. *Sociabilidade Conectiva: agregações e coletividades do ambiente digital*. Disponível em <https://netativismo.files.wordpress.com/2013/05/anais-completo2.pdf> Acesso em 30nov2014.

FIGUEIREDO, Rubens (organizador). *Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo: Summus, 2014.

GOHN, Maria da Glória. BRINGEL, Breno. (Organizadores) *Movimentos sociais na era global*. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

HEIMANS, Jeremy & TIMMS, Henry. Entendendo o novo poder. *Revista Harvard Business Review*. Em 10 de dezembro de 2014. www.hbrbr.com.br/materia/entendendo-o-novo-poder.

HOBBS, Thomas, *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, 3ª Edição, Editora Ícone, São Paulo, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX 1914 – 1991*. Companhia das Letras, São Paulo, 2002

HOUAISS, A. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. São Paulo, Objetiva, 2002.

JARDIM PINTO, Célia. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória. BRINGEL, Breno. (Organizadores) Movimentos sociais na era global. Editora Vozes, Petrópolis, 2012, p. 129 – 145.

JOUVENEL, Bertrand de, El Poder, Editora Nacional, 2ª Edición, Madrid, 1974.

JUNHO. Documentário de João Wainer. 2014. TV Folha.

KAHN, Tulio. A segurança pública e as manifestações. In: FIGUEIREDO, Rubens (organizador). Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014

LEVANTE! Documentário com direção: Barney Owen e Susanna Lira, 2015, Canal Futura, Brasil.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul. /dez. 2007, p. 248-285. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>. Acesso em 30nov2014.

MACHADO, Murilo Bansi. Anonymous Brasil: Poder e Resistência na Sociedade de Controle. EDUFBA, 2014.

MAGRANI, Eduardo. Democracia Conectada: A Internet como Ferramenta de Engajamento Político-Democrático. Juruá - FGV Rio, 2014.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARQUES DE MELO. Teoria e Comunicação: Paradigmas Latino-Americanos, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. Cultrix, São Paulo, 1969.

NICOLAU, Marcos. Redes de interação subjetiva na internet. Disponível em <http://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigos-gt1.pdf>. Acesso em 30nov2014.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Entrevista com Máximo Di Felice Manifestações neo-zapatistas. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/59093>. Acesso em 2dez2014.

O JOGO da imitação. Direção: Morten Tyldum. The Weinstein Company, 2014.

PENNA, Camila. Uma análise da influência de Locke, Montesquieu e Rousseau no pensamento federalista estadunidense. Revista Pensamento Plural, Pelotas, Janeiro/Junho, 2011, p. 65 - 83.

PIKETTI, Thomas. O capital no século XXI. Intrínseca, Rio de Janeiro, 2014

PIMENTA, A. & RIVELLO, F. Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida. In XXXI INTERCOM, 2008, Natal. Anais. UFRN, 2008. P. 23 – 32.

ROSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Ebooks Brasil S/D

ROZA, Erick André. Net-ativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

RÜDIGER, Francisco. O ciberativismo sem bússola Revista Intexto, Porto Alegre, UFRGS, p.255 – 262, jul.2014.

SMITH, Aries Leslie. Sociedade no Poder: Controlando os políticos no governo após as eleições. Scortecci Editora; 2014.

SOBOTKA, Emil. Movimentos sociais e a disputa pela interpretação da realidade. In: GUARESCHI, Pedrinho et al.(org.) Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político, ediPUCRS. Porto Alegre, 2010.

SPEIER, Hans, Historical development of public opinion, American Journal of Sociology, 1950, The University of Chicago Press, p. 376-388.

TOGNOZZI, Marcelo. A força das redes sociais. In: FIGUEIREDO, Rubens (organizador). Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014

WEBER, Max. Ciência e Política duas vocações. Cultrix, São Paulo, 2013.

WU, Tim. Impérios da Comunicação. Do telefone à internet, da AT&T AO Google. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2012.